



# **PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLO INTERNO**

**Carlos Alberto Lucas Carvalho**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado em Contabilidade e Finanças**

Porto – 2014

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto  
Instituto Politécnico do Porto



# **PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLO INTERNO**

**Carlos Alberto Lucas Carvalho**

**Dissertação de Mestrado**  
**apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para a**  
**obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação do**  
**Doutor Carlos Quelhas Martins**

Porto – 2014

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto  
Instituto Politécnico do Porto

## **Resumo**

O presente trabalho aborda o tema do controlo interno nas empresas e a importância que a contabilidade através dos procedimentos contabilísticos poderá ter nesta temática, dando especial relevo às micro e pequenas empresas que representam uma parte muito significativa da economia portuguesa.

No início efetuamos uma apresentação daquilo que já se encontra divulgado acerca dos temas, assim como um enquadramento teórico dos conceitos inerentes à abordagem do tema, são definidos também os objetivos a atingir e aquilo que se pretende atingir no futuro com este estudo.

Será apresentada a relação entre o controlo interno e os procedimentos contabilísticos e a importância de ambos na gestão das micro e pequenas empresas em virtude das dificuldades que estas apresentam inerentes à sua dimensão e recursos limitados.

No final com a realização de um inquérito, dirigido aos técnicos oficiais de contas pretendemos averiguar através destes se os procedimentos contabilísticos podem contribuir para melhorar o controlo interno nas micro e pequenas empresas e procuramos também apurar o nível de conhecimento e sensibilidade dos empresários portugueses para o controlo interno e a importância dos procedimentos contabilísticos neste contexto.

Através das respostas obtidas foi possível concluir que existem deficiências de controlo interno nas micro e pequenas empresas e que a contabilidade, através dos procedimentos contabilísticos, poderá contribuir para uma melhoria nos sistemas de controlo interno das empresas. Conclui-se também que os gestores destas empresas não atribuem grande importância à contabilidade e ao controlo interno.

### **Palavras-chave:**

Procedimentos contabilísticos, controlo interno, sistemas de controlo e organização, eficiência administrativa, organização contabilística.

## **Abstract**

The present work is about the internal control in companies and the importance that accounting and accounting procedures may have on this subject, with particular emphasis on micro and small businesses that represents a very significant part of the Portuguese economy.

At the beginning is given a presentation of what is already disclosed on the themes, as well as a theoretical framework of the concepts inherent in the approach to this topic, it also defines the objectives to be achieved and what it hopes that can be achieve in the future with this study.

It will be presented the relation between internal control and accounting procedures as the importance of both issues in micro and small companies because of their inherent difficulties related to his dimension and limited resources.

At the end an inquiry directed to Official Technical Account seeks to ascertain if the accounting procedures may help to improve the internal control on the micro and small companies. On the other hand we want to investigate the level of knowledge and sensitivity of Portuguese entrepreneurs to the importance of internal control and accounting procedures in this context.

Through the answers to the inquire we concluded that there are internal control deficiencies on micro and small companies and that accounting procedures can help on a better internal control systems on those companies. We also concluded that the entrepreneurs of those companies don't give very importance to the accounting and internal control themes.

### **Key words:**

Accounting procedures, internal control, internal control systems and organization, administrative efficiency, accounting organization.

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação só foi possível com a ajuda e contribuição de algumas pessoas e entidades, às quais pretendo deixar o meu agradecimento.

Ao Doutor Carlos Quelhas Martins pela preciosa orientação e disponibilidade demonstrada no auxílio à realização do trabalho.

À OTOC e à APECA com especial ênfase para a última pelo apoio concedido na divulgação do inquérito realizado e que contribuiu para que o estudo pudesse ser concluído com êxito.

Um agradecimento muito especial aos meus pais porque a eles devo aquilo que sou e à minha esposa que sempre me apoiou e mais uma vez abdicou de noites e fins de semana para que eu pudesse dedicar tempo e concentração a este trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que o trabalho pudesse ser desenvolvido e concluído.

## Lista de Abreviaturas

AIPCA – *American Institute of Certified Public Accounts*

APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração

BCE – Banco Central Europeu

CE – *Comissão Europeia*

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

COSO – *Committee of Sponsoring Organization*

DRA – Diretriz de Revisão Auditoria

EC – Estrutura Conceptual

FASB – *Financial Accounting Standards Board*

FMI – Fundo Monetário Internacional

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFAC – *International Federation of Accountants*

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISA – *International Standards on Auditing*

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

ROC – Revisor Oficial de Contas

SCI – Sistema de Controlo Interno

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

TOC – Técnico Oficial de Contas

## Índice

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO .....	14
1.1. Controlo interno .....	14
1.1.1. Súmula histórica .....	14
1.1.2. Definição .....	15
1.1.3. Objetivos.....	19
1.2. Evolução da importância do Controlo Interno.....	20
1.3. Controlo interno e a sua implementação nas empresas .....	21
1.4. Controlo interno e a auditoria .....	22
1.5. Limitações do controlo interno .....	23
1.6. A contabilidade no âmbito do controlo interno .....	25
1.6.1. Surgimento e evolução .....	25
1.6.2. Definição .....	27
1.6.3. Procedimentos contabilísticos .....	28
1.6.4. Contributo da contabilidade para o controlo interno .....	30
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	31
2.1. Procedimentos Contabilísticos.....	31
2.2. Articulação entre o Controlo Interno e os Procedimentos Contabilísticos .....	32
2.3. Estudos realizados.....	35
2.4. O Caso Português.....	37
CAPÍTULO III – METODOLOGIA .....	39
3.1. Hipótese de estudo .....	40
3.2. Técnicas estatísticas utilizadas.....	40
CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO .....	42
4.1. Caracterização da amostra .....	42
4.2. Apresentação dos resultados obtidos .....	43
CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	75
5.1. Principais conclusões do estudo realizado.....	75
CONCLUSÃO.....	78
Referências Bibliográficas.....	80
Apêndices .....	84
Apêndice 1 – Inquérito .....	85

## Índice de Figuras

Figura 1 – Dimensão das Empresas Portuguesas em 2009.....	9
Figura 2 - <i>Relationship of Objectives and Components</i> .....	16
Figura 3 – Correlação entre o Controlo interno e os procedimentos contabilísticos.....	34
Figura 4 – <i>Education for non-managers and managers appears linked to better management</i> .....	38

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Respostas à questão número 1 .....	43
Quadro 2 – Respostas à questão número 2 .....	44
Quadro 3 – Respostas à questão número 3 .....	45
Quadro 4 – Estimativa do número de empresas abrangidas pelo inquérito.....	46
Quadro 5 – Resultados à questão número 4 .....	47
Quadro 6 – Resultados à questão número 5 .....	49
Quadro 7 - Resultados à questão número 6 .....	50
Quadro 8 – Resultados à questão número 6.1.1 .....	52
Quadro 9 – Resultados à questão número 6.1.2 .....	53
Quadro 10 – Resultados à questão número 6.2.1 .....	54
Quadro 11 – Resultados à questão número 6.3.1 .....	55
Quadro 12 – Resultados à questão número 6.3.2 .....	56
Quadro 13 – Resultados à questão número 6.3.3 .....	57
Quadro 14 – Resultados à questão número 6.4.1 .....	59
Quadro 15 – Resultados à questão número 6.5.1 .....	60
Quadro 16 – Resultados à questão número 6.5.2 .....	61
Quadro 17 – Resultados à questão número 6.6.1 .....	62
Quadro 18 – Resultados à questão número 6.6.2 .....	64
Quadro 19 – Resultados à questão número 7 .....	65
Quadro 20 – Resultados à questão número 8 .....	66
Quadro 21 – Resultados à questão número 9 .....	67
Quadro 22 – Resultados à questão número 10 .....	69
Quadro 23 – Resultados à questão número 11 .....	70
Quadro 24 – Resultados à questão número 12 .....	71



Quadro 25 – Resultados à questão número 13 .....	73
--	----

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Apresentação gráfica das respostas à questão 1 .....	43
Gráfico 2 – Apresentação gráfica das respostas à questão 2 .....	45
Gráfico 3 – Apresentação gráfica das respostas à questão 3 .....	46
Gráfico 4 – Apresentação gráfica das respostas à questão 4 .....	48
Gráfico 5 – Apresentação gráfica das respostas à questão 5 .....	49
Gráfico 6 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6 .....	51
Gráfico 7 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.1.1 .....	52
Gráfico 8 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.1.2 .....	53
Gráfico 9 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.2.1 .....	55
Gráfico 10 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.3.1 .....	56
Gráfico 11 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.3.2 .....	57
Gráfico 12 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.3.3 .....	58
Gráfico 13 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.4.1 .....	59
Gráfico 14 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.5.1 .....	60
Gráfico 15 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.5.2 .....	62
Gráfico 16 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.6.1 .....	63
Gráfico 17 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.6.2 .....	64
Gráfico 18 – Apresentação gráfica das respostas à questão 7 .....	65
Gráfico 19 – Apresentação gráfica das respostas à questão 8 .....	67
Gráfico 20 – Apresentação gráfica das respostas à questão 9 .....	68
Gráfico 21 – Apresentação gráfica das respostas à questão 10 .....	69
Gráfico 22 – Apresentação gráfica das respostas à questão 11 .....	71
Gráfico 23 – Apresentação gráfica das respostas à questão 12 .....	72
Gráfico 24 – Apresentação gráfica das respostas à questão 13 .....	73

## INTRODUÇÃO

A economia portuguesa apresenta algumas particularidades que a diferenciam das restantes economias europeias, espaço este onde se encontra integrada e muitas vezes sujeita a comparações de índices de desenvolvimento e competitividade. Uma dessas particularidades consiste no facto de ser constituída maioritariamente por empresas de pequena dimensão. Este tipo de empresas possui estruturas menos desenvolvidas e recursos limitados revelando dificuldades quando confrontadas com cenários de crise económica e uma maior vulnerabilidade aos fatores externos.

O sector empresarial não financeiro português é constituído na sua esmagadora maioria por micro e pequenas empresas, compreendendo 99,37%<sup>1</sup> do total das empresas. São estas empresas que empregam 63,77%<sup>1</sup> da força produtiva nacional e representam 49,52%<sup>1</sup> do volume de negócios produzido, conforme demonstrado na figura seguinte:

1.3 - Empresas não financeiras por classes de dimensão, 2009								
Classes de dimensão de pessoal ao serviço	Empresas		Pessoal ao serviço		Volume de negócios		VAB <sub>pm</sub>	
	N.º	Tx. var. 2008/09 (%)	N.º	Tx. var. 2008/09 (%)	10 <sup>3</sup> Euros	Tx. var. 2008/09 (%)	10 <sup>3</sup> Euros	Tx. var. 2008/09 (%)
Total	1 060 906	-3,2	3 717 920	-3,7	335 887 312	-8,8	82 736 082	-3,8
Menos de 10	1 014 103	-3,1	1 610 966	-2,9	86 125 130	-6,8	20 534 217	-3,3
10 - 49	40 135	-5,9	759 804	-5,7	80 180 692	-10,6	18 134 393	-4,1
50 - 249	5 780	-5,4	556 188	-5,8	72 364 864	-10,7	16 837 867	-6,4
250 ou mais	888	-3,6	790 962	-1,8	97 216 625	-7,6	27 229 604	-2,2

Figura 1 – Dimensão das Empresas Portuguesas em 2009

Fonte: INE (2011)

Perante os dados apresentados pode-se verificar que estas empresas têm um forte peso na economia nacional e uma importância que não pode ser disfarçada. São também estas empresas que atualmente atravessam maiores dificuldades, porque não têm estruturas

<sup>1</sup> Fonte: INE: Empresas em Portugal 2009, pág. 12

adequadas, nem estão preparadas para as adversidades que uma crise da dimensão da que estamos a atravessar provocam. Estas dificuldades surgem por diversos motivos destacando-se aqui dois desses fatores. Por um lado, o facto de muitas das empresas não possuírem nos seus quadros pessoas tecnicamente habilitadas para definir estratégias de gestão que permitam encontrar alternativas aos cenários de dificuldade e por outro, o facto de, regra geral, estas empresas não possuírem recursos financeiros para contratar esses quadros técnicos especializados. Em alguns casos também se poderá colocar a questão de muitos dos gestores dessas empresas nem sentirem essa necessidade por falta de conhecimentos.

No entanto e por exigência legal, todas as empresas são obrigadas a possuir contabilidade organizada e neste sentido necessitam de um departamento qualificado que execute este serviço. Esse departamento pode ser interno ou externo, em regime de *outsourcing*. Desta forma as empresas acabam por indiretamente possuir alguém com capacidades técnicas para auxiliar na recolha de informação e preparação da mesma no sentido de prestar apoio à gestão e contribuir para a sua eficiência.

Como pode ser visto em AICPA (2007), AU *Section 319*, as demonstrações financeiras estão relacionadas com as atividades de controlo interno, estando estes dois no processo de prossecução dos objetivos da organização e neste sentido a contabilidade, como ferramenta de recolha e tratamento da informação para construção das demonstrações financeiras pode ajudar a desenvolver procedimentos que nestas empresas auxiliem a criar métodos de controlo e assim aumentar os níveis de eficiência destas.

Pretendemos com este trabalho desenvolver um estudo no sentido de evidenciar a relevância que os procedimentos e as práticas contabilísticas poderão ter junto destas empresas, no apoio que pode ser fornecido à gestão e também ao nível do seu contributo para o controlo interno.

Pretendemos também demonstrar que esta importância cresce quando se trata de micro e pequenas empresas, em que conforme foi referido os recursos são mais reduzidos e o apoio fornecido pela contabilidade pode contribuir para o aumento da eficiência e do controlo interno nestas empresas, cooperando assim para o sucesso da gestão.

A escolha deste tema deve-se ao facto de que a experiência profissional acumulada demonstra que as micro e pequenas empresas apresentam órgãos de gestão com um menor

nível de conhecimentos na área da gestão e consequentemente no controlo interno, que muito prejudica o desenvolvimento da atividade das organizações.

### **- Relevância do tema**

Nos últimos anos temos assistido a uma mudança nos comportamentos de gestão das empresas, onde a eficiência e a utilização de todos os recursos de forma adequada se tornou imperativo para o sucesso da organização e em alguns casos para a sua sobrevivência.

Esta forte alteração nos métodos de gestão deve-se à crise instalada desde 2007 à escala mundial, mas que em Portugal já se vem revelando há mais tempo, em virtude de ser um mercado pequeno e com grande peso de micro e pequenas empresas, onde o défice de gestão é mais evidente.

Neste sentido e face à conjuntura atual já referenciada, parece oportuno a abordagem deste tema e de alguma forma contribuir para um maior enfoque sobre um assunto que a longo prazo pode contribuir para uma melhoria da eficiência económico-financeira das empresas e por consequência da economia em geral tendo como consequência final o bem-estar económico-social.

Pelo exposto entendemos que o tema tem carácter pertinente, atual e aborda uma problemática com que muitas das empresas portuguesas se deparam na atualidade.

Por outro lado, não se encontra na literatura disponível uma abordagem ao tema do controlo interno associado aos procedimentos contabilísticos. O tema do controlo interno encontra-se associado essencialmente à auditoria e à fraude.

## **- Objetivos do Trabalho**

O presente trabalho tem como objetivo estabelecer uma relação entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno, com especial impacto nas micro e pequenas empresas e assim valorizar a relevância que a contabilidade interna ou externa pode provocar na eficiência da gestão.

Com o inquérito efetuado, procuramos demonstrar, através da consulta dos técnicos oficiais de contas, a importância dos procedimentos contabilísticos no controlo interno das micro e pequenas empresas. Procuramos também apurar o nível de sensibilidade dos gestores das micro e pequenas empresas para esta temática.

## **- Metodologia e estrutura do trabalho**

Tendo como base a revisão de literatura relacionada com os temas em análise é efetuado um enquadramento do tema, abordando os conceitos utilizados e sobre o qual é desenvolvido o estudo, através de um inquérito direcionado aos técnicos oficiais de contas, para obter resposta à questão da importância dos procedimentos contabilísticos para os sistemas de controlo interno nas micro e pequenas empresas.

A estrutura do presente trabalho contém a introdução onde são indicados os motivos que levaram à escolha do tema, os objetivos a atingir e a sua relevância. De seguida são apresentados cinco capítulos, sendo os três primeiros de vertente teórica, o quarto de abordagem prática e o último a conclusão do estudo.

O primeiro capítulo apresenta uma contextualização sobre o estudo a realizar, onde é efetuada uma revisão da literatura existente, abordando o tema do controlo interno, referindo a sua história, definições atribuídas ao longo dos tempos e os seus objetivos. Neste capítulo é ainda abordado também o tema da contabilidade no âmbito do controlo interno, com uma breve referência à sua evolução e definição.

O segundo capítulo apresenta um enquadramento teórico dos procedimentos contabilísticos e da sua articulação com o controlo interno. Faz-se referência aos estudos já realizados com relevância para este trabalho e aborda-se o caso português, onde são descritas as características das empresas portuguesas e que motivaram a realização deste estudo.

No terceiro capítulo é feita a apresentação dos métodos utilizados para a realização do estudo empírico, onde é definida a hipótese de estudo e a técnica estatística que consistiu na realização do inquérito direcionado aos técnicos oficiais de contas.

No quarto capítulo apresentamos a descrição do estudo efetuado, compreendendo a caracterização da amostra e apresentação dos resultados obtidos no inquérito.

No último capítulo efetuamos a análise e discussão dos resultados obtidos no inquérito, expondo também as conclusões gerais do estudo. São também referidos os constrangimentos que surgiram na execução do trabalho e as linhas para investigações futuras.

## **CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO**

No contexto de crise atual em que vivemos, as empresas têm vindo a aperceber-se de muitas das limitações que têm ao nível da sua gestão. Os mercados tornam-se cada vez mais exigentes e o nível de eficiência das empresas é levado ao máximo para conseguirem sobreviver. Neste sentido este trabalho procurará abranger dois temas que se encontram relacionados, a contabilidade, mais concretamente os procedimentos contabilísticos e o controlo interno, sendo o objetivo principal descrever a importância que o primeiro tem sobre o segundo e até que ponto a relação dos dois pode contribuir para uma maior eficiência da gestão.

### **1.1. Controlo interno**

#### **1.1.1. Súmula histórica**

O controlo interno surge com a necessidade que o homem tem de controlar os seus bens e esta necessidade existe desde os primórdios da humanidade. Neste sentido a origem do controlo interno remonta à antiguidade, segundo Apostolou e Crumbley (2008) há mais de 30 000 anos que o homem executa esse controlo, usando numa primeira fase como ferramenta um objeto denominado “*Tally Sticks*”, paus de madeira que eram usados para registar contagens através de entalhes, podendo também ser considerado como o mais antigo artefacto matemático. Dado que na altura a leitura e a escrita ainda não existiam, esta era a forma dos primeiros registos que permitiam controlar os bens. Este sistema manteve-se por séculos e só deixou de ser utilizado com o surgimento do papel e da escrita.

Com a evolução dos tempos, o surgimento da atividade comercial e o seu desenvolvimento, o controlo das operações viu aumentar a sua preponderância e os métodos de controlo sofreram aperfeiçoamentos com vista ao aumento da sua eficácia.

O desenvolvimento tecnológico também se tornou fundamental e teve um contributo decisivo para o aprofundamento dos métodos de controlo, dado que, foi permitindo criar procedimentos mais complexos mas que, com o apoio dos sistemas de informação tornaram-se de execução simples. Permitiu também que o cruzamento de dados fosse uma tarefa cada vez mais ágil, fiável e de execução possível, diminuindo também os custos com a implementação do controlo interno.

Com o evoluir da atividade comercial e o fenómeno da globalização as necessidades dos gestores aumentou e tornou-se necessário criar processos e procedimentos com vista a mitigar riscos e a aumentar os níveis de fiabilidade da informação gerada na empresa. O processo de controlo interno que durante séculos se manteve preso a uns instrumentos de madeira, sofre agora constantes aperfeiçoamentos e está sujeito a regulações e orientações de execução por entidades internacionais.

### **1.1.2. Definição**

A definição de controlo interno surge em 1972 atribuída pelo (AIPCA) *American Institute of Certified Public Accounts* e compreende o controlo administrativo e o controlo contabilístico, ou seja, atribuiu especial relevo à área financeira. Esta definição foi sofrendo uma evolução e em 1985 a monografia “*Control: Its meaning and implications for the professional practice of internal auditing*” identifica cinco objetivos principais para o controlo interno, confiança e integridade na informação, conformidade com as políticas, planos, procedimentos, leis e regulamentos, salvaguarda dos ativos, utilização económica e eficiente dos recursos, realização dos objetivos estabelecidos para as operações ou programas. Em 1987 surge uma entidade que se ocupará do estudo do controlo interno, o COSO (*Committee of sponsoring organizations*). Em 1992 esta entidade publica a atual definição de controlo interno em “*Internal control – integrated framework*” COSO (2013) onde é referido que o controlo interno auxilia as organizações a atingirem os seus



principais objetivos, assim como melhorar a sua performance. Nesta obra é apresentada a definição de controlo interno como o processo colocado em prática por um grupo de diretores, gestores e outros profissionais de uma entidade, concebido para atingir com uma segurança razoável os objetivos propostos ao nível das operações, o reporte das mesmas e a sua conformidade.

Neste trabalho procuramos também apresentar a relação que existe entre os objetivos que uma entidade pretende atingir, as formas utilizadas para os concretizar e a sua estrutura organizacional, esquematizando esta relação através de um cubo, conforme imagem abaixo:



Figura 2 - *Relationship of Objectives and Components*

Fonte: COSO (2013)

Nesta apresentação pode-se verificar o envolvimento de toda a organização, através dos seus diversos departamentos, em torno das atividades executadas e do seu controlo para que os objetivos propostos sejam atingidos e os reportes de informação sejam fiáveis.

Contudo a definição de controlo interno apresentada foi sendo completada pelos diversos autores que estudam esta temática e com a evolução dos fatores económicos que obrigaram a uma alteração da abordagem ao tema, foi adquirindo especial relevo nos períodos de crises económicas, quando as falhas/erros nas empresa/organizações são vistas com maior preocupação por parte dos órgão de gestão ao perceberem que os resultados e objetivos propostos não serão alcançados.

A norma emitida pelo IFAC (*International Federation of Accountants*) com vista a identificar e avaliar os riscos de distorção por meio da compreensão da entidade e do seu ambiente, a ISA (*International Standards on Auditing*) 315, define controlo interno como:

*“O processo concebido, implementado e mantido pelos encarregados da governação, pela gerência e por outro pessoal para proporcionar segurança razoável acerca da consecução dos objetivos de uma entidade com respeito à fiabilidade do relato financeiro, eficácia e eficiência das operações, e cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis. O termo “controles” refere-se a quaisquer aspetos de um ou mais dos componentes do controlo interno.”<sup>2</sup>*

Segundo a Diretriz de Revisão/Auditoria - DRA 410<sup>3</sup> a definição de SCI (Sistema de Controlo Interno) consiste na totalidade de políticas e procedimentos colocados em prática por uma organização para que os objetivos da gestão sejam atingidos, contribuindo também para a orientação ordenada e eficiente do negócio, a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos, assim como a preparação tempestiva de informação financeira fiável.

Na linha do descrito no parágrafo anterior Almeida (1996) apresenta uma definição de controlo interno como sendo o conjunto de métodos e procedimentos realizados numa organização, com o objetivo de proteger os seus ativos, assim como auxiliar a construção

---

<sup>2</sup> Fonte: <http://pt.scribd.com/doc/70515255/ISA-315>. Acedido em 25 de Fevereiro de 2014.

<sup>3</sup> Fonte: Manual do Revisor Oficial de Contas em <http://www.infocontab.com.pt/download../DRA/DRA410.pdf>. Acedido em 8 de Fevereiro de 2014.

de demonstrações financeiras com elevado grau de confiança e contribuindo para a tomada de decisão dos órgãos de gestão dessa organização.

Por outro lado Oliveira e Linhares (2006) referem que para uma boa gestão empresarial é necessário existirem técnicas para identificação, avaliação e controlo de riscos, não sendo possível uma boa gestão sem um eficaz controlo interno. É importante que os gestores vejam a mitigação dos riscos como uma forma de criar valor para os acionistas. Neste contexto Chiavenato (1993) apresenta três significados para a palavra controlo numa ótica administrativa:

- Controlo restritivo ou coercivo que consiste na limitação de ações e comportamentos não aceites na organização, apresentando características negativas ou limitativas;
- Controlo regulador automático que consiste nos métodos e procedimentos criados para a deteção de desvios e aplicação automática da correspondente correção para que se verifique o regresso à normalidade;
- Controlo administrativo que consiste em todo o processo administrativo, planeamento, organização e direção de processos.

Podemos verificar pelas definições apresentadas que o controlo interno compromete toda a organização/empresa e que deve existir uma boa estrutura de gestão suportada num bom SCI e informação contabilística credível para que os objetivos sejam atingidos. O controlo interno deve garantir a eficiência operacional e contribuir para um aumento da qualidade dos processos da entidade assim como dos seus resultados, tendo sempre em consideração as constantes alterações internas e externas ocorridas.

Em suma podemos afirmar que o controlo interno é uma atividade constituída por um conjunto de processos e procedimentos que visam garantir boas práticas de gestão e o cumprimento das políticas estabelecidas pelos órgãos de gestão, garantem também a execução dos planos estratégicos assim como o acompanhamento e supervisão das tarefas executadas no decurso da atividade de uma empresa.

### **1.1.3. Objetivos**

Como foi referido no ponto anterior o controlo interno pressupõe o cumprimento de diversos objetivos, que passamos a enumerar:

- A proteção do património, através da salvaguarda dos ativos das empresas;
- A construção de demonstrações financeiras de confiança com informação integrada aumentando o rigor e exatidão dos dados contabilísticos, assim como outras informações de natureza operacional;
- A contribuição para decisões assertivas dos órgãos de gestão, apoiando a administração na condução eficiente e ordenada dos negócios;
- A avaliação da eficiência operacional em todos os aspetos das atividades executadas e também a utilização racional dos recursos disponíveis;
- O cumprimento dos objetivos traçados pela empresa nos seus programas e operações.

Para além dos atrás identificados e como refere Fayol (1981) o controlo interno tem como objetivo detetar falhas e erros que ocorram no decurso das operações das empresas, para que possam ser corrigidos e assim evitar que voltem a acontecer. Estas falhas podem ocorrer pelos mais diversos motivos, desde irresponsabilidade a negligência ou mesmo tentativas de fraude prejudicando gravemente o decurso da atividade e execução das operações. O autor refere também que os objetivos do controlo interno são transversais a toda a empresa nos seus diversos departamentos, como administrativo, comercial, técnico, financeiro e contabilístico.

## 1.2. Evolução da importância do Controlo Interno

O tema do controlo interno foi adquirindo importância com o evoluir do fenómeno da globalização e o aumento de transações entre empresas de diversos mercados que aumentou a sua exposição a diversos riscos que também são provocados pela imprevisibilidade com que ocorrem alterações económicas e financeiras que obrigam as empresas a estarem preparadas para os enfrentar.

Atualmente o controlo interno que tem uma grande importância nas grandes empresas, está muitas vezes associado à mitigação de riscos do negócio e de fraudes, derivado dos escândalos financeiros recentemente conhecidos e de outros já mais antigos como é o caso da “ENRON” e que levou inclusive à criação em 2002 da Lei Sarbanes-Oxley<sup>4</sup> que legisla sobre regras para a gestão empresarial relativamente à divulgação e emissão das demonstrações financeiras. Esta lei tem a sua origem nos Estados Unidos da América e é considerada de elevada importância na legislação comercial.

Altamuro e Beatty (2008) no seu artigo “*How does internal control regulation affect financial reporting?*” referem a importância do controlo interno na atual crise financeira e que o controlo interno apresenta mecanismos para criar uma informação financeira de qualidade.

Ao nível da importância do controlo interno na boa gestão das empresas, Russo (2004)<sup>5</sup> defende que a implementação de um bom SCI acrescenta valor aos negócios das empresas e que a contabilidade pode ser vista como um instrumento de controlo interno. Para além disto refere ainda que o controlo interno é da responsabilidade de todos os intervenientes da empresa desde a gerência/administração até aos colaboradores, passando também pelos contabilistas.

Mei Feng *et al* (2009) no artigo “*Internal control and management guidance*” levantam a questão da ligação entre as fracas orientações de gestão e um deficiente controlo interno. Relacionam também esta situação com previsões de resultados que podem não ocorrer e o impacto que poderá provocar nas decisões tomadas tendo em conta as previsões efetuadas.

---

<sup>4</sup> Fonte: [http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/guia\\_sarbanes\\_oxley\(1\).pdf](http://www.deloitte.com/assets/DcomBrazil/Local%20Assets/Documents/guia_sarbanes_oxley(1).pdf). Acedido em 2014-01-20

<sup>5</sup> Fonte: <http://joaorusso.com.sapo.pt/ControloInternoEmpresas19122004.pdf>. Acedido em 2014-01-20

Também Pang e Shi (2009) num *paper* denominado “*Integration of internal control and risk management*” referem que um deficiente controlo interno pode influenciar a gestão, aumentando a componente de risco e neste sentido, estabelecem uma relação entre o controlo interno, os controlos contabilísticos e administrativos, considerando que estes são de elevada importância para o aumento da eficiência do controlo interno e consequentemente da qualidade da gestão diminuindo os fatores de risco.

### **1.3. Controlo interno e a sua implementação nas empresas**

A implementação do controlo interno é condicionado e depende do ambiente empresarial em que está enquadrado, sendo importante considerar o nível de atitude geral, consciencialização e ações dos órgãos de gestão para com o SCI, determinando assim a importância que lhe é atribuída.

Nesta ótica, surgem dois trabalhos, Silva (2009) na sua dissertação de mestrado sobre “A importância atribuída pelos empresários da Grande Lisboa ao Controlo Interno” e Neves (2009) também na sua dissertação de mestrado sobre “Sistemas de controlo interno nas Pequenas e Médias Empresas no Concelho de Aveiro” que apresentam um estudo onde se pode observar o impacto desta temática e onde se pode verificar que, enquanto na primeira é atribuído um maior enfoque às grandes empresas, na segunda o destaque é dado às pequenas e médias empresas, podendo-se assim verificar como a importância do controlo interno e a falta de conhecimento sobre o mesmo se evidencia nas pequenas empresas de forma mais significativa.

No trabalho de Silva (2009) verifica-se que na análise efetuada 88% das empresas possuem ROC (Revisor Oficial de Contas), o que significa que por inerência ao seu trabalho de revisão e auditoria das contas estão alguns procedimentos de controlo interno e neste sentido estas empresas estão obrigadas a implementá-los. Também se constata que estas empresas têm contabilidade interna e que isso facilita o controlo interno contribuindo para uma maior ligação entre os sectores e maior facilidade na deteção de falhas e correção das mesmas. Este estudo demonstra também que para a generalidade destas empresas existe uma aprovação e entendimento dos órgãos de gestão em relação ao controlo interno.

Verifica-se também que a grande maioria das empresas analisadas, cerca de 82%, produz demonstrações financeiras intercalares, o que vem comprovar que há uma ligação entre a implementação de sistemas de controlo interno e a apresentação de reportes financeiros de qualidade e tempestividade. Por fim, o autor também refere que apesar destas empresas estarem sensibilizadas para o controlo interno ainda existem pontos que poderão ser aperfeiçoados.

Por outro lado, Neves (2009) efetua o seu estudo nas pequenas e médias empresas e desde logo separa aquelas que têm ROC, das que não têm e assim permite concluir-se que as empresas com ROC adotam um maior número de procedimentos de controlo interno, embora este estudo também saliente o facto de que mesmo as empresas que têm ROC possuem aspetos que devem ser melhorados.

Também Rocha (2009) através do seu projeto de mestrado em contabilidade denominado “Sistemas de Controlo Interno de Reporte Financeiro (SCIRF) no grupo EDP – Energias de Portugal” refere como o controlo interno pode garantir a fiabilidade da informação financeira e também atribuiu importância à sensibilização dos colaboradores para este assunto e como as tarefas desempenhadas por cada um podem afetar o resultado final, comprovando que o envolvimento de todos os departamentos da empresa em torno do sistema de controlo interno é crucial para a correta implementação e sucesso do mesmo. Neste caso concreto e por se tratar de uma empresa cotada, esta consciencialização é imposta por leis e regulamentos que assim a obrigam. Contudo o autor refere que a implementação do sistema de controlo interno permitiu uma melhoria significativa, nomeadamente na fiabilidade da informação financeira e do processo de reporte da mesma. Embora se trate de uma grande empresa e o âmbito deste trabalho são as micro e pequenas empresas, pode-se aferir que também nestas a implementação de um sistema de controlo interno contribuirá para atingir os objetivos definidos pela gestão.

#### **1.4. Controlo interno e a auditoria**

O controlo interno é normalmente relacionado com a auditoria, tendo especial importância nos procedimentos de revisão e auditoria e é regulamentado a este nível

através da Diretriz de Revisão/Auditoria DRA 410 emitida pela OROC (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), onde estão definidos os principais conceitos e as orientações para os revisores poderem apurar o nível do sistema de controlo interno existente para poderem desenvolver o trabalho de revisão/auditoria com maior eficácia.

Este tema é também evidenciado em livros publicados na área de auditoria como se pode verificar em Costa C. (2010) em “Auditoria Financeira – Teoria & Prática”, onde o autor refere que uma auditoria credível é aquela que consegue detetar distorções relevantes nas demonstrações financeiras e não expressar uma opinião inapropriada. Neste sentido o sistema de controlo interno desempenha um papel fundamental contribuindo para a mitigação desses riscos e possibilitando ao auditor detetar muitas dessas falhas ou omissões atempadamente.

### **1.5. Limitações do controlo interno**

Um sistema de controlo interno não garante por si só o cumprimento dos objetivos descritos no ponto 1.1.3.. A sua implementação ou a execução das suas orientações podem estar limitadas por certos fatores. Como refere Costa (2010) essas limitações podem contribuir para que a empresa apresente nas suas operações erros, falhas e até mesmo possíveis fraudes.

Costa (2010) apresenta os seguintes aspetos como sendo limitativos do controlo interno:

- Certos hábitos existentes nas entidades e nos seus órgãos de gestão que dificultam a implementação com rigor de alguns procedimentos, abrindo a possibilidade a exceções que vão deturpar o controlo interno;
- O desinteresse dos órgãos de gestão e a falta de sensibilidade para o tema contribui para uma ineficiente implementação;
- Um outro especto é a relação entre o custo com a implementação de um SCI e os benefícios que poderão advir do mesmo;



- A dimensão da empresa também é determinante para um eficiente controlo interno, sendo mais fácil a sua execução numa grande empresa, do que, numa pequena empresa, dado que, uma pequena empresa tem menos meios e estrutura mais limitada. De certa forma está ligado com o aspeto anterior porque numa pequena empresa os custos de implementação vão ser superiores;
- Os sistemas informáticos que hoje são praticamente indispensáveis podem contribuir para fugas de informação ou falhas de segurança;
- Poderão sempre existir falhas humanas ou situações de conluio que permitem contornar os procedimentos do SCI e assim deturpar os resultados apresentados;
- Por último, aquando da construção e implementação do SCI podem existir operações pouco comuns ou que raramente acontecem e que não fiquem previstas no mesmo.

O IFAC (2009 § A5-A11) na diretriz internacional de auditoria 265 apresenta alguns casos de deficiências relevantes ao nível do controlo interno e que devem ser comunicadas pelos auditores aos órgãos de gestão das entidades auditadas. No mesmo documento também é realçado o facto de algumas das deficiências apresentadas poderem originar falhas no processo de reporte das demonstrações financeiras.

Pelo atrás apresentado, podemos comprovar que um bom SCI necessita de grande rigor e abrangência não se devendo descurar nenhum aspeto da entidade onde o mesmo é implementado.

Podemos também verificar que as micro e pequenas empresas que são o escopo deste trabalho apresentam as maiores limitações na implementação e execução de um SCI, porque os pontos descritos acima acontecem de forma frequente nestas entidades e são também mais difíceis de ultrapassar.

## 1.6. A contabilidade no âmbito do controlo interno

### 1.6.1. Surgimento e evolução

A contabilidade à semelhança do controlo interno tem a sua origem na antiguidade, mesmo antes do homem saber ler, escrever ou contar. Assim como o homem evoluiu e se desenvolveu também a contabilidade percorreu o mesmo caminho, procurando responder às necessidades que foram surgindo em consequência dessa evolução.

O homem começou numa fase inicial por registar os seus bens e assim ter controlo sobre aquilo que hoje chamamos de património. O desenvolvimento social e humano, principalmente após a idade média, trouxe o incremento da atividade económica, surgindo operações mais complexas e com maior número de itens para valorizar e registar.

O início dos registos contabilísticos próximos daquilo que hoje conhecemos terá surgido em meados do século XV e como refere Pires e Rodrigues (2009) na sua comunicação, ao citar Fabio Besta<sup>6</sup> os primeiros registos contabilísticos terão surgido entre 1430 e 1438 e neste período verifica-se uma evolução da técnica contabilística. É nesta fase também que surge a técnica digráfica no registo dos lançamentos. No entanto e como também é evidenciado por Pires e Rodrigues (2009) o método das partidas dobradas foi amplamente divulgado depois da publicação do livro “*Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalitá*”, obra do frade italiano Luca Pacioli em 1494 com especial atenção para o capítulo “*Tractatus de computis et scripturis*”, onde é descrito o método das partidas dobradas. Contudo a controvérsia em torno da origem das partidas dobradas é imensa e ainda hoje existem diversos documentos que atribuem a sua origem a autores diferentes, como é o caso de Sangster et al (2012) que indicam Benedetto Cotrugli<sup>7</sup> como o primeiro autor a escrever sobre as partidas dobradas num manuscrito de 1458, mas que só terá sido impresso em 1573.

---

<sup>6</sup> Citado por Amorim (1968)

<sup>7</sup> Comerciante de profissão e cientista de vocação era oriundo da Republica de Dubrovnik no século XV. Fonte: [http://www.cotrugli.eu/Cotrugli\\_Benedetto](http://www.cotrugli.eu/Cotrugli_Benedetto). Acedido em 2014-02-26

É nesta fase que a palavra débito e crédito assumem um significado e são associadas aos registos contabilísticos. Com a divulgação desta obra é criada também uma espécie de padronização de alguns hábitos de contabilização, dado que, naquela época e na fase embrionária da contabilidade não existia regulação e neste sentido cada contabilista realizava os registos conforme entendia sem ter em atenção se outro o fazia da mesma forma e originando resultados diferentes para operações semelhantes.

As operações continuaram o seu processo evolutivo, crescendo em termos de número e de complexidade e a contabilidade entrou neste período no denominado “Contabilidade do Mundo Moderno”<sup>8</sup>, que representa o terceiro patamar da evolução contabilística, depois do período “Contabilidade do Mundo Antigo” e do período “Contabilidade do Mundo Medieval”. De 1840 aos dias de hoje vivemos o período científico da contabilidade, no qual se assistiu ao surgimento de estudos cada vez mais exaustivos e escolas com correntes de pensamento sobre as técnicas contabilísticas e os métodos de apresentação dos resultados das operações, assim como o seu reflexo nas alterações do património das entidades.

Em Portugal merece destaque o professor Jaime Lopes Amorim<sup>9</sup> que se destacou por ser um forte interessado no tema da contabilidade e refere Carqueja (2002) que entre 1935 e 1972 escreveu imensos artigos sobre contabilidade e publicou o seu primeiro livro de contabilidade geral em 1929. Em 1969 é publicado o livro que é considerado por Carqueja (2002) e citando “...uma preciosa fonte de consulta sobre história da contabilidade...” com o título *Digressão através do Vetusto Mundo da Contabilidade*. Jaime Lopes Amorim contribuiu de forma preponderante para o estudo da contabilidade em Portugal e levantou diversas questões que foram discutidas pelos intervenientes da época sobre os temas do património, da situação líquida, da conta e do balanço.

Na atualidade e com diversas entidades que emitem regulação contabilística, quer nacionais como a CNC (Comissão de Normalização Contabilística), quer internacionais como o IASB (*International Accounting Standards Board*), ou o FASB (*Financial Accounting Standards Board*), a contabilidade atingiu um elevado nível de desenvolvimento e possuiu fortes regulações que permitem uma padronização global dos procedimentos aplicados nos registos das operações refletindo-se na apresentação das

---

<sup>8</sup> Fonte: [http://www.gesbanha.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=159&Itemid=198](http://www.gesbanha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=159&Itemid=198). Acedido em 2014-02-26

<sup>9</sup> Fonte: [http://www.infocontab.com.pt/download../NotasBio/NB\\_JaimeAmorim.pdf](http://www.infocontab.com.pt/download../NotasBio/NB_JaimeAmorim.pdf). Acedido em 2014-02-26

demonstrações financeiras, garantindo um reporte financeiro de qualidade, fiabilidade e comparabilidade. Desta forma procura-se responder às fortes exigências da sociedade atual, onde a globalização dos mercados e a evolução tecnológica permite que as operações se realizem à escala mundial originando cada vez mais um maior índice de complexidade.

### 1.6.2. Definição

A Contabilidade é uma ciência que se ocupa do estudo do património das empresas e dos movimentos que ocorram durante o exercício da sua atividade. São analisadas todas as variações, quer as quantitativas, quer as qualitativas. Como foi referido no ponto anterior a contabilidade remonta a muitos séculos atrás, contudo as suas funções sofreram fortes evoluções e desenvolvimentos e é hoje uma ciência evoluída com diversos estudos de investigação e desenvolvimento apresentados.

Existem várias definições para a contabilidade e num documento já antigo Guimarães (1998) refere que Jaime Lopes Amorim apresentou vinte definições de contabilidade em que esta está situada entre ciência, arte e técnica. No entanto, considera Guimarães (1998) que a contabilidade é agora vista só como uma ciência, considera também que é uma ciência interdisciplinar e que mantém ligações com outras áreas como a económica e financeira, a fiscal e também ao nível do direito e da matemática.

Lopes de Sá<sup>10</sup> atribui à contabilidade doze requisitos que no seu conjunto constituem legitimidade para se considerar que se trata de uma ciência e que se transcreve:

- “1. um objeto próprio e que é o património aziendal;*
- 2. finalidade própria e que é o aspeto de observação específico, ou seja, o da eficácia como satisfação da necessidade aziendal;*
- 3. método próprio de observação e condução do raciocínio para o desenvolvimento e pesquisa e que se estriba no indutivo axiomático e no fenomenológico;*
- 4. tradição como conhecimento, milenar;*

---

<sup>10</sup> Fonte: <http://www2.masterdirect.com.br/448892/index.asp?opcao=7&cliente=448892&avulsa=4947>. Acedido em 2014-02-27

- 5. utilidade, como fonte de conhecimento do comportamento da riqueza aziendal, aplicável a um sem número de utilidades (crédito, investimentos, controle etc.);*
- 6. teorias próprias como a das aziendas, do rédito, do valor, das funções sistemáticas do patrimônio aziendal etc. e também uma Teoria Geral do Conhecimento;*
- 7. doutrinas científicas próprias e que estabelecem correntes de pensamentos como o patrimonialismo, neopatrimonialismo, aziendalismo, personalismo etc.*
- 8. correlação com outras ciências como a do Direito, Administração, Economia, Matemáticas, Sociologia etc.*
- 9. enuncia verdades universais e perenes sobre os fenômenos de que trata seu objeto;*
- 10. permite previsões, através dos modelos que permitem os orçamentos;*
- 11. permite levantamento de hipóteses, como as derivadas das doutrinas das contingências;*
- 12. tem caráter analítico e enseja estudos de natureza nuclear funcional da riqueza aziendal etc.”*

Numa outra perspectiva Moreira e Pereira (2004) abordam a importância que a contabilidade tem, sendo uma área de conhecimento técnico especializado com o objetivo de tratar a informação por forma a transformá-la num reporte que serve de apoio à tomada de decisão. A utilização da informação tratada pela contabilidade e que resulta de acontecimentos passados contribui para retirar conclusões e tomar melhores decisões futuras. É assim considerado por estes autores que quem detém melhor informação toma melhores decisões e está também ligada a um melhor desempenho das organizações.

### **1.6.3. Procedimentos contabilísticos**

No que respeita aos procedimentos contabilísticos verificamos que a grande parte dos estudos divulgados se centram nas normalizações e regulamentações contabilísticas que no caso português se centra em torno do SNC (Sistema de Normalização Contabilística) e na sua aplicação ao nível da preparação das demonstrações financeiras. Verificamos também que a definição de procedimentos contabilísticos na perspectiva da

prática contabilística, quando executada por pessoas de outros setores da empresa e que têm implicações nos dados que posteriormente são utilizados pela contabilidade, é um tema pouco aprofundado. Por outro lado o controlo interno tem um maior desenvolvimento nos estudos encontrados, embora relacionado com a área da auditoria.

No entanto Severo (2009) no seu trabalho final do mestrado de Gestão intitulado “Práticas de Contabilidade” relata a importância das práticas e procedimentos contabilísticos no estágio que efetuou e como isso pode influenciar o comportamento da gestão da empresa. Neste trabalho também se pode acompanhar as diversas atividades desenvolvidas ao nível contabilístico e como estas são transversais a todos os sectores da empresa, sendo necessário recolha de informação e correto tratamento documental para que a informação reportada seja fidedigna e possa apoiar os órgãos de gestão nas suas tomadas de decisão ou por outro lado a informação recolhida pode ser uma ferramenta de consulta sempre que necessário.

Também Costa A. (2010) num relatório de estágio relacionado com a “Gestão Financeira de Curto Prazo” evidencia a importância da execução das tarefas contabilísticas por forma a aumentar o nível da organização. Embora este trabalho tenha uma maior incidência ao nível da gestão financeira, acaba por estar relacionado com os procedimentos contabilísticos e neste sentido o autor refere que a empresa em causa denota défice organizacional ao nível administrativo e financeiro que se traduz em dificuldades ao nível comercial.

Em síntese, diversos autores abordam a temática do controlo interno e da sua importância para a gestão das empresas. Poucos relacionam o que os procedimentos contabilísticos poderão contribuir para o aumento do controlo interno e em especial nas micro e pequenas empresas que é onde se verificam as maiores deficiências a este nível.

Verificamos no entanto que como refere Carvalho (2011) possuir uma informação financeira correta e atempada é essencial para auxiliar o controlo de gestão, assim como suportar o controlo e decisão da atividade empresarial.

#### **1.6.4. Contributo da contabilidade para o controlo interno**

A contabilidade trata a informação que é recolhida e depois devidamente registada de acordo com as orientações e regulamentos estabelecidos pelas entidades competentes, que no caso português é a CNC, constrói um conjunto de demonstrações financeiras que servirão diversos utentes identificados pela EC (Estrutura Conceptual) do SNC tais como os investidores, trabalhadores, clientes e fornecedores, assim como outras entidades que interajam com a empresa e que necessitem de analisar o seu desempenho ou posição patrimonial em determinado momento. No entanto e em primeiro lugar a informação gerada servirá os próprios órgãos de decisão das empresas para que possam verificar os resultados daquilo que aconteceu no passado, a análise de rubricas específicas e os seus desvios, a evolução e comparação com outros casos e no final a base de trabalho para decisões futuras que pode implicar a correção de erros ou a implementação de novas medidas.

Figueiredo (2012) realça a importância das boas práticas contabilísticas na apresentação de demonstrações financeiras de qualidade, refletindo assim e como é referido na EC do SNC uma imagem verdadeira e apropriada do desempenho e da posição financeira de uma entidade. Figueiredo (2012) aborda também a questão do controlo interno dividindo em controlo interno contabilístico e administrativo, que numa pequena entidade estão relacionados pela sua grande interdependência.

Neste trabalho conclui-se também que a contabilidade contribuiu para a gestão eficaz dos recursos, sejam eles financeiros, humanos ou materiais. Revela-se ainda que para além de exercer atividades de controlo interno a contabilidade deve contribuir com orientações no sentido da obtenção de resultados.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1. Procedimentos Contabilísticos

De um modo geral quando se aborda o tema dos procedimentos contabilísticos aquilo que é lembrado são as normas e regulações que pautam a forma como a atividade contabilística é executada, ou seja, ao nível do reporte contabilístico. As regras de mensuração, relevação e divulgação, são consideradas os procedimentos contabilísticos.

Contudo, pretendemos neste trabalho efetuar uma abordagem diferente a este conceito. Pretendemos definir procedimentos contabilísticos numa outra perspetiva, mais direcionada para a forma como a informação é recolhida e formatada para que tenha características de fiabilidade e rigor. Procuramos realçar as tarefas a executar numa entidade que garantam a inexistência de falhas e que a informação entregue na contabilidade para registo seja correta e esteja devidamente estruturada e ordenada.

Estes procedimentos serão transmitidos pelos técnicos que tratam a informação contabilística em consonância com os operacionais da empresa que executam as operações e visam colmatar erros e falhas e determinar meios de controlo para deteção das mesmas.

As áreas de maior enfoque serão as seguintes:

- Sector de compras:
  - Receção de mercadorias;
  - Conferência e registo de faturas.
- Aprovisionamento:
  - Entradas e saídas de *stock*;
  - Controlo de inventários.
- Sector de vendas:
  - Saída de mercadorias;
  - Conferência e registo de faturação.



- Ativos fixos:
  - Registo de compra, venda ou abate de bens;
  - Inventário dos bens existentes.
- Área financeira:
  - Controlo de contas correntes;
  - Conferência de bancos e caixa;
  - Orçamentos previsionais;
  - Análise de desvios.

Com o estabelecimento de procedimentos e processos na execução das tarefas relacionada com as áreas supracitadas, conseguir-se-á uma maior precisão nos dados recolhidos e consequentemente informação financeira de qualidade. Será também positivo para a deteção de falhas ou para a consulta de informação e cruzamento de dados.

## **2.2. Articulação entre o Controlo Interno e os Procedimentos Contabilísticos**

O presente trabalho procura demonstrar a ligação existente entre a implementação de um sistema de controlo interno e os procedimentos contabilísticos, com especial impacto nas micro e pequenas empresas que não dispõem na sua estrutura de departamentos especializados nesta matéria e terão de recorrer a recursos externos para poder possuir este tipo de organização.

Como já foi referido no ponto 1.1.2. onde é apresentada a definição do conceito de controlo interno, este tem diversos objetivos que para serem atingidos exigem a implementação de uma série de procedimentos internos nos vários departamentos da empresa/organização. Por outro lado todas as empresas são obrigadas por lei a possuir um sistema de contabilidade para dar cumprimento aos imperativos legais, nomeadamente ao apuramento dos seus impostos. A contabilidade para poder executar as funções a que está obrigada necessita de recolher diversa informação por parte da empresa. Estas informações são tratadas e agrupadas por forma a construir um reporte que permite dar resposta a diversas exigências, quer legais, quer ao nível dos órgãos de gestão.

Neste sentido a contabilidade é tanto mais fiável e precisa, quanto a informação recolhida na empresa. Significa que se a empresa possuir um sistema de controlo interno que permita a recolha de informações de forma organizada, estruturada, com rigor e fiabilidade, também o reporte de informação fornecido pela contabilidade é de melhor qualidade. Cria-se portanto um elo de ligação entre estes dois fatores, em que um contribuiu para uma melhor qualidade do outro e vice-versa.

Os executantes da contabilidade são detentores de conhecimentos técnicos que podem auxiliar a empresa a implementar procedimentos de controlo interno em virtude das mesmas não terem na sua estrutura elementos com esses conhecimentos e que possam aumentar os seus níveis de controlo, contribuindo para a eficiência da gestão no alcance dos objetivos propostos.

Grande parte das micro e pequenas empresas no decurso das suas atividades não se apercebe da importância que o controlo interno tem para evitar falhas e prejuízos que se refletem negativamente nos resultados.

Temos também o facto de muitos gestores ao não possuírem conhecimentos a este nível, não se mostrarem muito recetivos à aplicação destas medidas porque não vislumbram os resultados positivos que podem obter com elas.

Na figura seguinte procuramos representar a relação que existe entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno, e como a interligação de ambos pode contribuir para o enriquecimento da informação gerada na empresa e desta forma também contribuir para decisões e estratégias mais acertadas. Realça-se o facto de estarmos perante um cenário de micro e pequenas empresas, onde não existem departamentos com técnicos especializados nestas áreas e que em grande parte dos casos a contabilidade é executada em regime de *outsourcing*.

A figura construída pretende representar a ligação entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno, descrevendo como os conhecimentos técnicos fornecidos pela contabilidade à empresa podem contribuir para esta disponibilizar à contabilidade informação rigorosa e fiável:

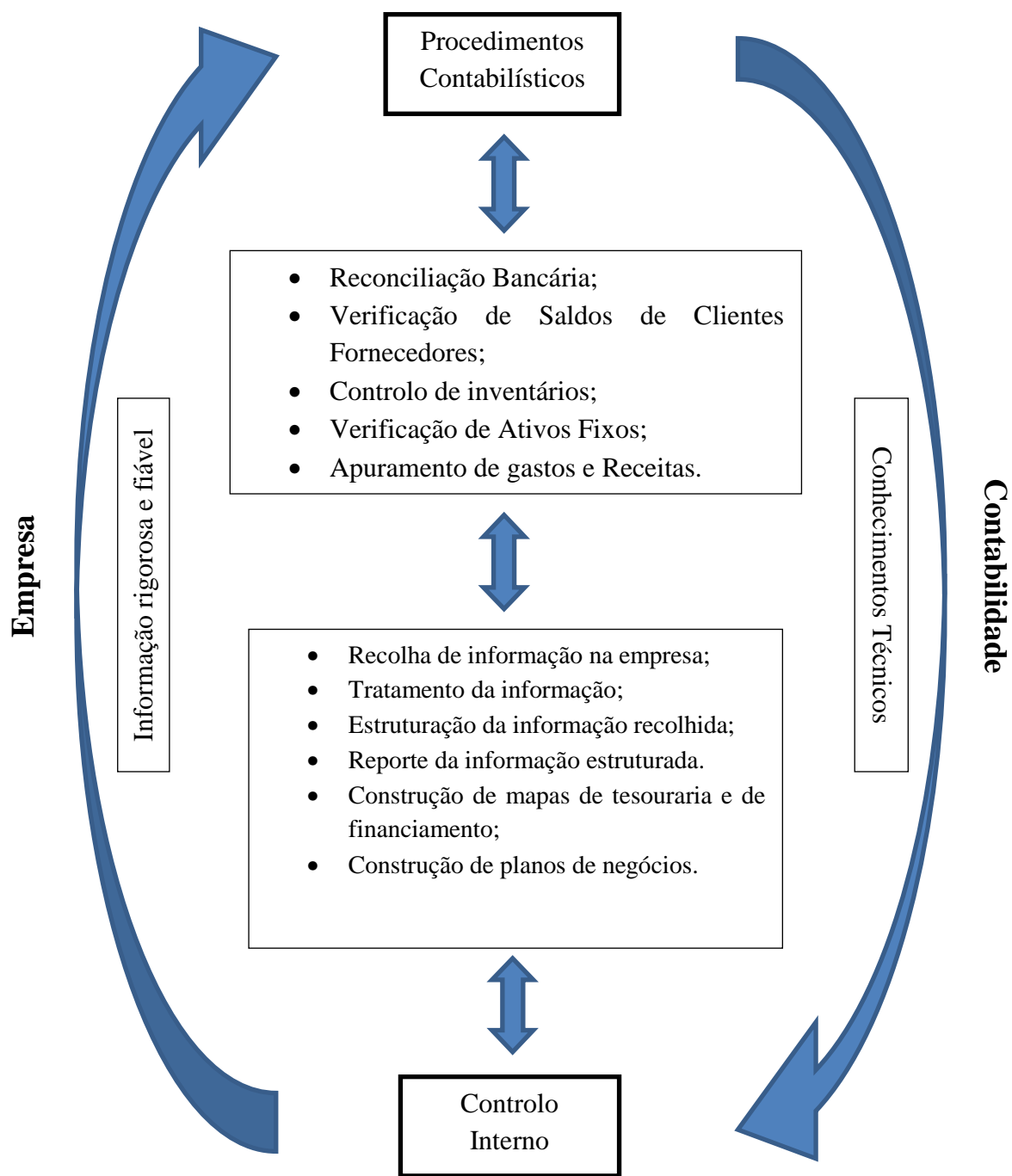


Figura 3 – Correlação entre o Controlo interno e os procedimentos contabilísticos

Fonte: Elaboração própria

### 2.3. Estudos realizados

Da pesquisa efetuada, verificamos a existência de dois estudos relevantes para o tema abordado neste trabalho e que incidem de forma objetiva sobre o controlo interno e a sua relação com os empresários portugueses, já referidos no ponto 1.3..

Ambos foram desenvolvidos no ano de 2009 e na universidade de Aveiro. Silva (2009) desenvolveu o tema “*A importância atribuída pelos Empresários da Grande Lisboa ao Controlo Interno*” e Neves (2009) o tema “*Sistemas de controlo interno nas Pequenas e Médias Empresas no Concelho de Aveiro*”.

No primeiro, Silva (2009) efetua um estudo mais abrangente, sem distinguir as empresas pela sua dimensão. O enfoque é o controlo interno associado à auditoria interna e no contributo que este pode dar para uma melhor gestão das empresas no contexto dinâmico e complexo em que atualmente se encontram inseridas. Na perspetiva do autor o controlo interno é uma ferramenta importante para maximizar a eficácia das empresas através da segurança dos seus ativos, a produção de informações fidedignas e uma eficiente utilização dos recursos.

Dado que neste estudo o autor não tinha como objetivo distinguir a dimensão das empresas, verificou-se que uma maioria significativa das empresas possuía ROC e que este fator influencia o funcionamento dos procedimentos do SCI, verifica-se também que o facto do departamento contabilístico ser interno também contribui para uma melhor execução do SCI.

O autor conclui também que nem sempre os sistemas informáticos se encontram devidamente adaptados às realidades das empresas e assim provocam falhas ao nível do controlo interno. Verifica também a não existência de um manual e de um responsável de SCI em todas as empresas

Também se conclui que o uso de procedimentos de controlo interno ao nível dos inventários, das conciliações e contas correntes contribuem para uma informação financeira fidedigna.

Uma limitação detetada neste estudo está relacionado com a complexidade e falta de tempo para conseguir controlar todas as operações, assim como a dimensão das organizações que poderá ser de maior importância se tivermos em conta que foram analisadas empresas com ROC e de grande dimensão. Por outro lado, são apontados como benefícios do SCI a proteção dos ativos da entidade, a prevenção e deteção de fraudes e também informação fidedigna associado a um reporte contabilístico de qualidade.

Numa outra vertente de análise, Neves (2009) realizou um estudo circunscrito às pequenas e médias empresas diferenciando também o facto de possuírem ou não ROC. Neste estudo o autor conclui que existe uma sensibilização para o tema do controlo interno por parte das empresas analisadas, contudo, existem aspetos a melhorar nos SCI dessas empresas, destacando aspetos estruturais e funcionais da organização. Foi comprovado pelo autor algumas práticas de controlo interno nestas empresas.

Dos resultados apurados e à semelhança do ocorrido no estudo de Silva (2009) também foi possível aferir que as empresas com ROC, têm uma maior incidência de procedimentos de controlo interno pelo facto de assim estarem obrigados pelos procedimentos de auditoria que o ROC realiza regularmente nessas empresas, nomeadamente no processo de emissão da certificação das contas obrigatória por lei para as empresas com revisão legal das contas.

Neste estudo também é evidenciado o facto de a maior parte das empresas possuírem departamento de contabilidade interno e isto contribuir para um bom SCI, o que vem comprovar que a influência da contabilidade pode ser positiva para a implementação de um bom SCI.

O autor conclui que um bom SCI é um elemento essencial para o bom funcionamento de uma empresa e que deve ser reconhecido como tal, nomeadamente para fazer face às dificuldades criadas pelos mercados atuais com elevados índices de competitividade. É importante que os órgãos de gestão reconheçam o controlo interno como parte integrante de sucesso da sua empresa, no entanto, refere Neves (2009) que muitas vezes isto não acontece, verificando mesmo que é um fator descurado pelas organizações portuguesas.

## 2.4. O Caso Português

A economia portuguesa é constituída por um grande número de micro e pequenas empresas que segundo a classificação atribuída pela Recomendação da Comissão Europeia 96/280/CE<sup>11</sup> no seu artigo 2.º são aquelas que possuem um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros e empregam menos de 50 pessoas. Estas empresas representam 99,37%<sup>12</sup> do total das empresas portuguesas. O desenvolvimento da atividade destas empresas influencia de forma determinante o desempenho da economia portuguesa.

Por outro lado Portugal vem apresentando nos últimos anos fortes debilidades económicas e que se acentuaram drasticamente com a crise mundial que se iniciou em 2007 e que culminou no pedido de auxílio financeiro às instâncias internacionais, FMI (Fundo Monetário Internacional), CE (Comissão Europeia) e BCE (Banco Central Europeu) em Maio de 2011<sup>13</sup>. Todo este cenário veio expor as fragilidades das empresas portuguesas e as micro e pequenas empresas foram as mais atingidas, porque não possuíam capacidade de resposta a todas estas dificuldades.

No estudo efetuado por Bloom N. et al (2012) sobre as práticas de gestão a nível mundial, Portugal aparece no fundo da lista junto da Grécia e de algumas economias emergentes mas ainda em desenvolvimento como o Brasil, a China e a Índia. Neste estudo também é demonstrado que em Portugal as melhores práticas de gestão são implantadas pelas empresas multinacionais, ou seja, aquelas que apresentam estruturas já muito bem organizadas e que se situam ao nível das grandes empresas, representando assim uma faixa muito pequena das empresas portuguesas. Os autores referem também que as boas práticas de gestão estão relacionadas com o capital humano e que este fator mostra diferenças ao nível da produtividade e eficiência. No estudo é revelado que quanto maior for o número de gestores com qualificações superiores, melhores são os resultados ao nível da gestão.

---

<sup>11</sup> Fonte: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:124:0036:0041:pt:PDF>, pág. 4. Acedido em 2014-02-16

<sup>12</sup> Fonte: INE: Empresas em Portugal 2009, pág. 12

<sup>13</sup> Fonte: <http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pr11160.htm>. Acedido em 2014-02-16

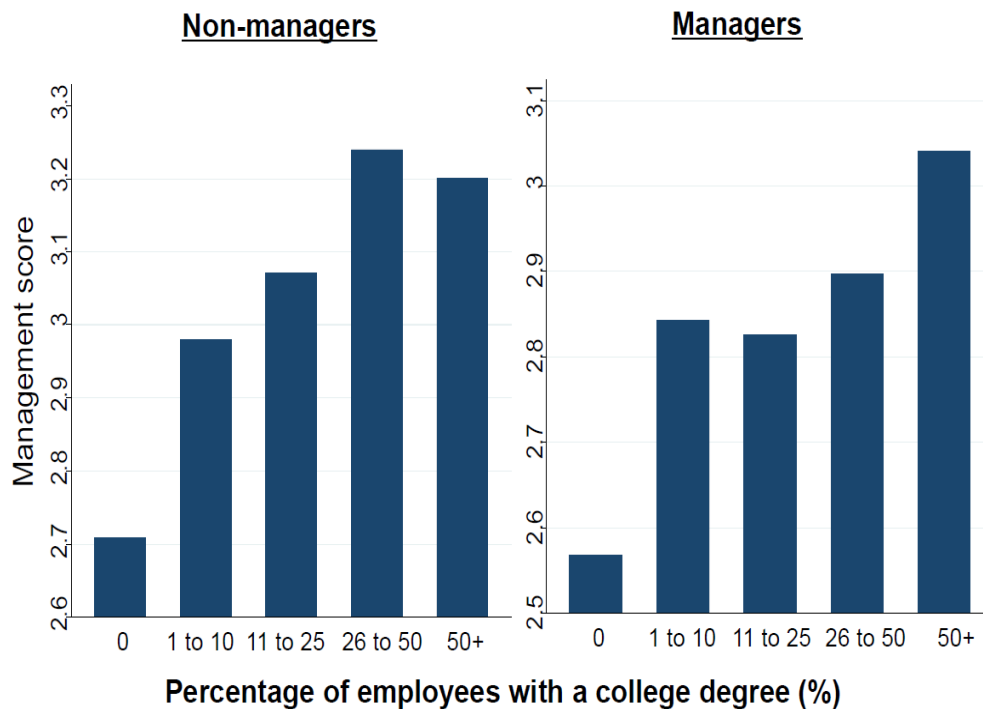


Figura 4 – *Education for non-managers and managers appears linked to better management*

Fonte: Bloom N. et al (2012)

Suportado neste estudo e efetuando uma ligação com a realidade portuguesa em Sá (2011) Ricardo Reis concorda com os resultados apresentados no estudo de Bloom N. et al (2012) e sublinha o facto de muitos gestores portugueses não estarem preparados para as funções que executam e que este facto estará relacionado com a fraca performance dessas empresas. Realça também que o facto das empresas multinacionais conseguirem aplicar práticas de boa gestão em Portugal reflete que os elementos das empresas quando bem dirigidos também conseguem ser eficientes.

## **CAPÍTULO III – METODOLOGIA**

O estudo efetuado pretende averiguar através dos TOC's (Técnicos Oficiais de Contas) a importância que os procedimentos contabilísticos têm na melhoria dos sistemas de controlo interno das micro e pequenas empresas e complementarmente qual a opinião dos TOC's sobre a sensibilidade que os gestores dessas empresas demonstram sobre estes temas.

Nos pontos anteriores foi efetuada uma revisão de literatura e um enquadramento teórico do tema que permite clarificar alguns conceitos assim como a abordagem das matérias que serão objeto do estudo empírico que será apresentado a seguir.

Como refere Hill e Hill (2012) uma investigação empírica consiste num número de observações que auxiliam a estudar um determinado fenómeno. Referem também os autores que nas ciências sociais como em todas as ciências naturais a investigação empírica contribui para a construção de explicações ou teorias mais adequadas a determinado problema.

Para a realização da investigação é necessário definir um método que como referem Baptista e Sousa (2011) podem ser classificados em quantitativos ou qualitativos caracterizando os métodos quantitativos pelo facto de usarem o método experimental, que permite a formulação de hipóteses para a explicação de fenómenos. Permite também a verificação de hipóteses através da análise de dados estatísticos recolhidos, assim como a generalização dos resultados obtidos a partir de uma amostra. Quanto aos métodos qualitativos os autores caracterizam-nos como tendo o seu maior enfoque no processo de investigação e não tanto nos resultados, é um tipo de investigação indutiva, onde são desenvolvidos conceitos para se chegar à compreensão de fenómenos, aplicados a realidades complexas.

Perante o exposto, optamos por um método quantitativo que conforme descreve Silvestre e Araújo (2011) permitirá estabelecer uma relação causa efeito e generalizar as conclusões do estudo. Assim o questionário foi a forma de recolha de dados escolhida e que Silvestre e



Araújo (2011) indicam como sendo o principal meio para recolher informação no método quantitativo e cujas respostas serão analisadas de forma descritiva.

### **3.1. Hipótese de estudo**

Com este estudo pretendemos aferir pela opinião dos TOC's qual a importância que os procedimentos contabilísticos podem ter na implementação e aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno nas micro e pequenas empresas.

Com base neste ponto de partida, formulamos a seguinte hipótese de estudo:

**H: Qual o contributo dos procedimentos contabilísticos no âmbito do controlo interno nas micro e pequenas empresas?**

### **3.2. Técnicas estatísticas utilizadas**

Após o descrito no enquadramento teórico e sendo o objetivo deste trabalho a demonstração da importância que a contabilidade através dos procedimentos contabilísticos poderão ter nos sistemas de controlo interno nas micro e pequenas empresas, optamos por realizar um inquérito direcionado aos TOC's.

O inquérito é constituído por vinte e quatro questões e está estruturado da seguinte forma.

As primeiras quatro questões são colocadas com o objetivo de caracterizar a amostra. As treze questões seguintes têm como objetivo principal apurar as deficiências ao nível do controlo interno nas micro e pequenas empresas. As restantes sete questões averiguam a importância atribuída pelos gestores à contabilidade e ao controlo interno procurando estabelecer uma relação entre esse fator e as habilitações literárias destes. Pretende-se aferir se a contabilidade poderá contribuir para melhorar o controlo interno das empresas.

O questionário foi construído através da ferramenta disponibilizada pelo Google para este efeito, é constituído exclusivamente por respostas fechadas para que os resultados obtidos tivessem um elevado índice de objetividade<sup>14</sup>.

Os dados foram agrupados e trabalhados com recurso à ferramenta Microsoft Excel. Depois de estruturados foram construídas tabelas e gráficos para apresentação dos resultados obtidos.

---

<sup>14</sup> *Link do inquérito:* <https://docs.google.com/forms/d/1LdGMRIR-DnmqnhQw9MmD2EI2sD8oVWiEeKCN6TIN7Ec/viewform>

## CAPÍTULO IV – ESTUDO EMPÍRICO

Nesta fase do trabalho apresentamos o estudo empírico que foi realizado através de um questionário. Será efetuada uma caracterização da amostra obtida e a apresentação dos resultados que permitirão discutir os mesmos e retirar conclusões.

### 4.1. Caracterização da amostra

O inquérito teve como destinatários os TOC's. Esta escolha deve-se ao facto de os TOC's em resultado das funções que executam terem um relacionamento de maior proximidade com os órgãos de gestão nas micro e pequenas empresas e também por se encontrarem familiarizados com as estruturas e formas de organização. São também estes que detêm uma perfeita noção das deficiências existentes ao nível do controlo interno nas empresas. Essas deficiências refletem-se no trabalho que executam e têm maior impacto nas demonstrações financeiras que acabam por não refletir de forma verdadeira e apropriada a realidade económico-financeira das empresas.

A divulgação do inquérito foi efetuada através do envio por correio eletrónico para uma lista de TOC's, obtida através de pesquisa na *internet* de gabinetes e empresas da área da contabilidade a nível nacional. No entanto as respostas obtidas nesta abordagem inicial foram muito reduzidas e ficaram aquém das expectativas. Numa segunda fase e com o objetivo de conseguir uma amostra credível, foi solicitado o apoio da OTOC e da APECA para auxiliarem na divulgação do inquérito junto do maior número possível de TOC's. A OTOC disponibilizou a possibilidade de colocar um *link*<sup>15</sup> no seu *site* oficial e a APECA efetuou a divulgação direta junto dos seus membros. Estas medidas revelaram-se determinantes para que o nível de respostas aumentasse e assim conseguiu-se atingir as 379 respostas.

---

<sup>15</sup> <http://www.otoc.pt/pt/noticias/inquerito-sobre-os-procedimentos-contabilisticos-e-o-controlo-interno/>

## 4.2. Apresentação dos resultados obtidos

Neste ponto analisaremos os resultados obtidos no questionário efetuado, através da apresentação das respostas agrupadas em quadros e gráficos.

Como foi referido o questionário encontra-se estruturado em várias fases.

Numa primeira fase e embora o inquérito fosse dirigido aos TOC's procurou-se excluir respostas de quem acesse ao inquérito mas não exercesse funções de TOC:

### *Questão 1 – Exerce funções de TOC?*

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	331	87%
Não	48	13%
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>100%</b>

Quadro 1 – Respostas à questão número 1

Nesta questão observou-se que das 379 respostas obtidas, apenas 331 serão consideradas para análise, pelo facto de serem aqueles que exercem funções de TOC.



Gráfico 1 – Apresentação gráfica das respostas à questão 1

O gráfico apresentado mostra que 87% dos inquiridos exerce funções de TOC e serão estes que responderão às restantes questões do inquérito, dado que, para os restantes 13%, terminou o inquérito.

As questões seguintes procuram ajudar a caracterizar a amostra, na questão da idade dos inquiridos, o número de empresas em que exercem funções de TOC e dentro destas qual o peso das micro e pequenas empresas.

### ***Questão 2 – Qual a sua idade?***

Com o intuito de caracterizar a amostra, procurou-se com esta questão analisar os TOC's que aderiram a responder ao inquérito por facha etária e, neste sentido analisar se o facto de serem mais novos ou não iria influenciar as respostas.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Entre 20 e 30	20	6,04%
Entre 31 e 40	96	29,00%
Entre 41 e 50	82	24,77%
Entre 51 e 60	78	23,56%
Mais de 60	55	16,62%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 2 – Respostas à questão número 2

No quadro apresentado, observa-se que a maioria das respostas obtidas enquadrrou-se nos escalões etários entre os 31 e os 60 anos, com equilíbrio entre os três escalões que abrangem esta faixa etária, ficando com mais respostas a faixa de técnicos entre os 31 e os 40 anos, com 96 respostas num total de 331, representando 29%. Pode-se afirmar que serão técnicos com maior experiência no exercício da sua atividade.

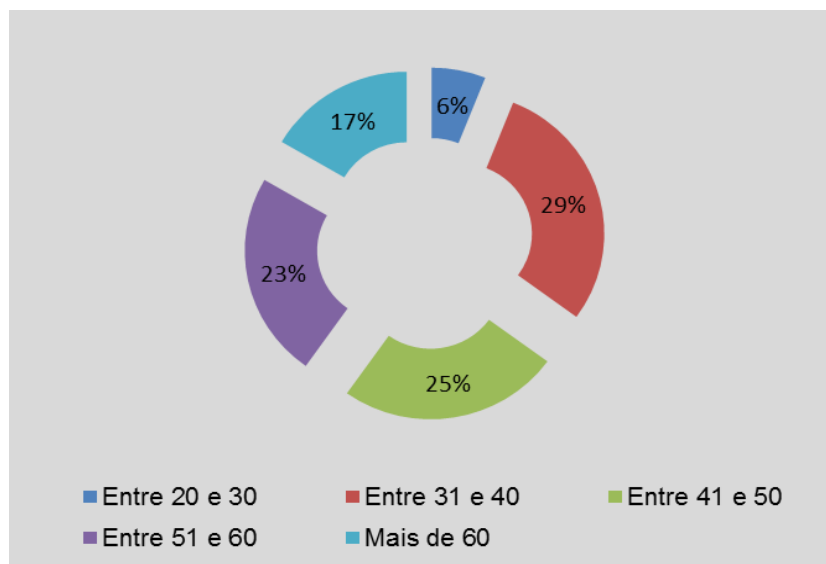


Gráfico 2 – Apresentação gráfica das respostas à questão 2

Conforme se comprova pelo gráfico acima, as respostas abrangeram todas as faixas etárias, sendo que, a mais baixa e a mais alta foram as que apresentaram menos respostas, representando 6% os técnicos com idades inferiores a 30 anos e 17% os técnicos com idade superior a 60 anos.

***Questão 3 – Em quantas empresas exerce a função de TOC?***

Com esta questão pretende-se aferir a abrangência que as questões colocadas poderão ter em função da quantidade de empresas em que os TOC's exercem funções.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
1	16	4,83%
2 a 10	68	20,54%
11 a 20	70	21,15%
21 a 30	56	16,92%
Mais de 30	121	36,56%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 3 – Respostas à questão número 3

Das respostas obtidas apurou-se que 36,56% dos TOC's exerce funções em mais de 30 empresas, os três escalões anteriores apresentam resultados divididos e apenas 16 técnicos afirmam exercer funções em apenas 1 empresa.

Podemos estimar que os técnicos que responderam ao inquérito exercem funções em mais de 6500 empresas, conforme se representa pelo cálculo efetuado no quadro que se segue:

Média dos intervalos de resposta (1)	Número de Respostas (2)	Número de Empresas (1)*(2)
1	16	16
6	68	408
15,5	70	1085
25,5	56	1428
30	121	3630
<b>Estimativa do Número de Empresas</b>		<b>6567</b>

Quadro 4 – Estimativa do número de empresas abrangidas pelo inquérito

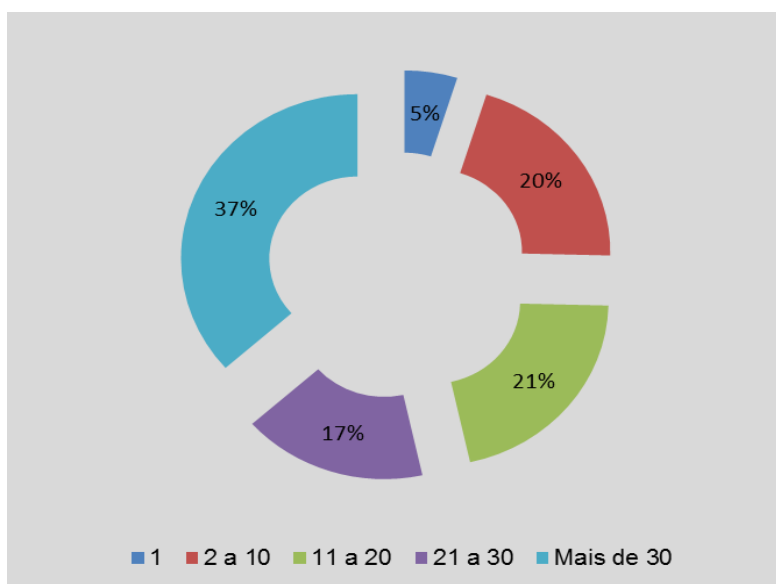


Gráfico 3 – Apresentação gráfica das respostas à questão 3

Neste gráfico pode-se verificar as percentagens correspondentes ao número de empresas em que cada técnico assume funções.

***Questão 4 – Das empresas onde exerce funções como TOC, qual o peso das micro e pequenas empresas?***

Dos resultados obtidos na questão anterior, torna-se agora necessário apurar qual o volume de micro e pequenas empresas no total das empresas em que os TOC's exercem funções.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
10%	7	2,11%
20%	3	0,91%
30%	2	0,60%
40%	3	0,91%
50%	5	1,51%
60%	6	1,81%
70%	8	2,42%
80%	24	7,25%
90%	92	27,79%
100%	181	54,68%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 5 – Resultados à questão número 4

Esta questão visa comprovar o peso que as micro e pequenas empresas têm no total das empresas em que os TOC's exercem funções e orientar o inquérito para estas empresas que são o alvo deste estudo.

Em função do apoio prestado pela OTOC e pela APECA à divulgação do inquérito o público-alvo foi maioritariamente gabinetes de contabilidade e como tal em regime de *outsourcing*. Das respostas obtidas verifica-se que as micro e pequenas empresas representam grande parte da amostra recolhida, sendo que, 82,47% dos TOC's inquiridos afirma que estas empresas representam entre 90% a 100% das empresas em que exercem



funções. Perante estes resultados depreendemos que todos os TOC's inquiridos têm contacto com micro e pequenas empresas.

Este resultado atribui sustentabilidade ao estudo realizado porque garante que estamos perante uma amostra relevante para o objeto de estudo.

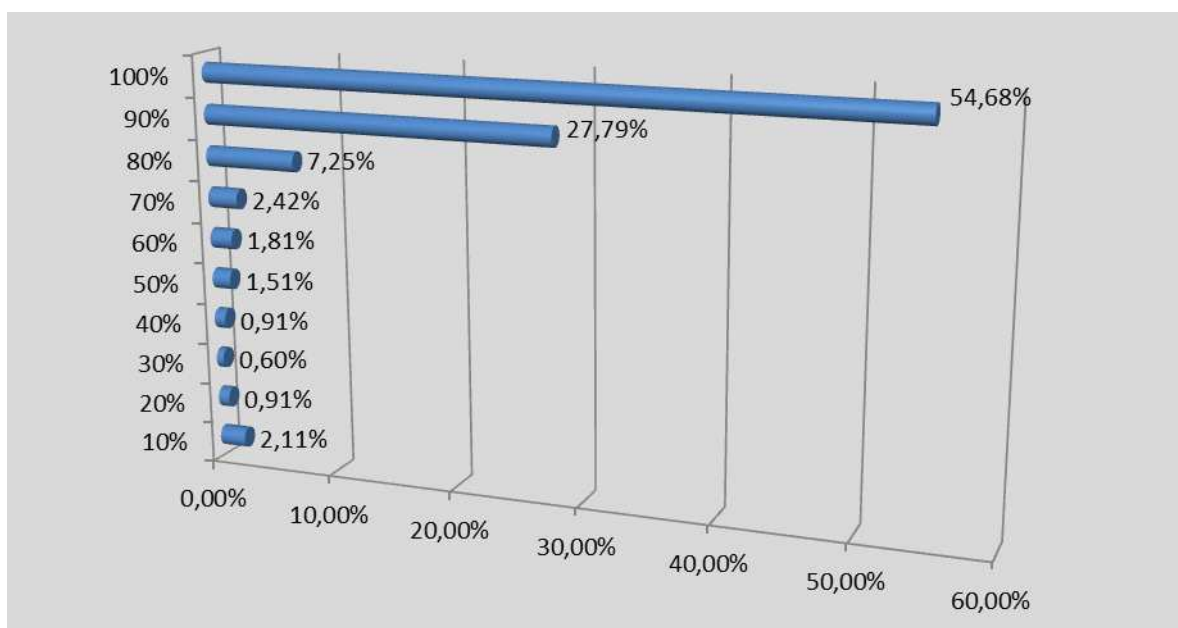


Gráfico 4 – Apresentação gráfica das respostas à questão 4

O gráfico agora apresentado reflete os resultados apurados de forma clara e onde se pode observar a relevância das micro e pequenas empresas na amostra conseguida.

Efetuada a caracterização da amostra apresenta-se nas respostas obtidas às questões seguintes e que constituem a segunda fase do inquérito os resultados relacionados com as perguntas que visam apurar as deficiências de controlo interno detetadas pelos TOC's nas micro e pequenas empresas.

***Questão 5 – Considera que as empresas em que exerce funções de TOC apresentam deficiências ao nível de procedimentos de controlo interno?***

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	296	89%
Não	35	11%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 6 – Resultados à questão número 5

Neste quadro pode-se constatar que os TOC's inquiridos na sua grande maioria são da opinião de que as micro e pequenas empresas apresentam deficiências ao nível do controlo interno.

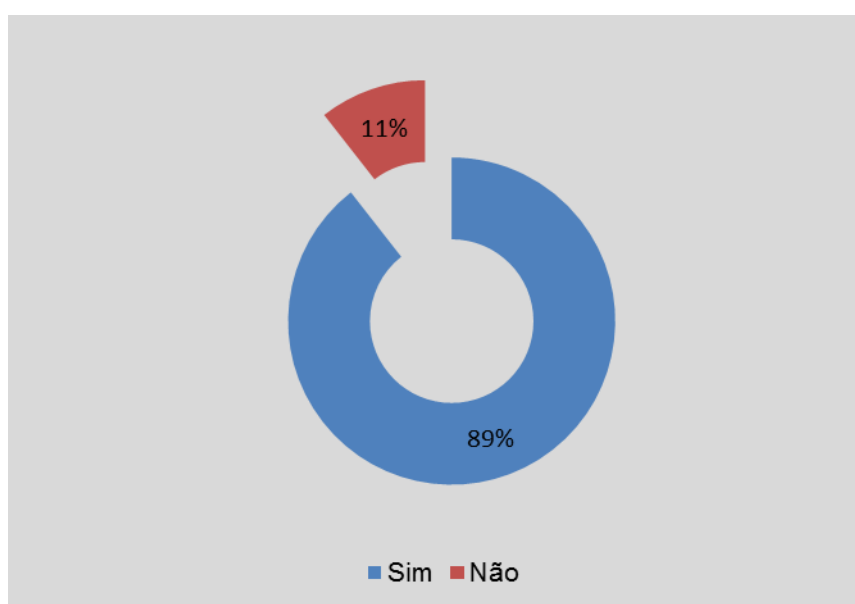


Gráfico 5 – Apresentação gráfica das respostas à questão 5

Os TOC's que concordam com a existência de deficiências nos procedimentos de controlo interno representam 89% da amostra recolhida.

***Questão 6 – Se respondeu que sim na questão anterior, dentro das hipóteses seguintes, selecione as áreas onde nota deficiências de controlo interno por parte das empresas?***

Depois de apurada a percentagem de empresas que se enquadram no objeto de estudo do trabalho, ou seja, aquelas que na ótica dos TOC's apresentam deficiências de controlo interno, esta questão destina-se a avaliar as áreas onde essas deficiências possuem maior relevo.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Inventários	261	28,22%
Ativos fixos	94	10,16%
Contas correntes de terceiros	132	14,27%
Contas bancárias	109	11,78%
Caixa	137	14,81%
Área financeira (tesouraria)	145	15,68%
Outras	47	5,08%
<b>Total</b>	<b>925</b>	<b>100%</b>

Quadro 7 - Resultados à questão número 6

Realça-se o facto de que nesta questão os TOC's podiam seleccionar mais do que uma opção. Esta possibilidade originou um número superior no total de respostas.

As opções de resposta estão divididas por grandes grupos mas que englobam áreas das empresas onde normalmente se verificam as deficiências de controlo interno. Dos dados apresentados no quadro anterior verifica-se que de um modo geral, as deficiências preenchem todas as áreas apresentadas, no entanto, apurou-se que a rubrica dos inventários se destaca com 28,22% das respostas, ficando as restantes rubricas entre os 10% e os 15% com excepção da rubrica residual que apenas obteve 5,08% das respostas.

Como o inquérito foi construído apenas com questões de resposta fechada, a opção “outras” não permitia aos inquiridos identificar outras áreas onde se verificassem deficiências de controlo interno.

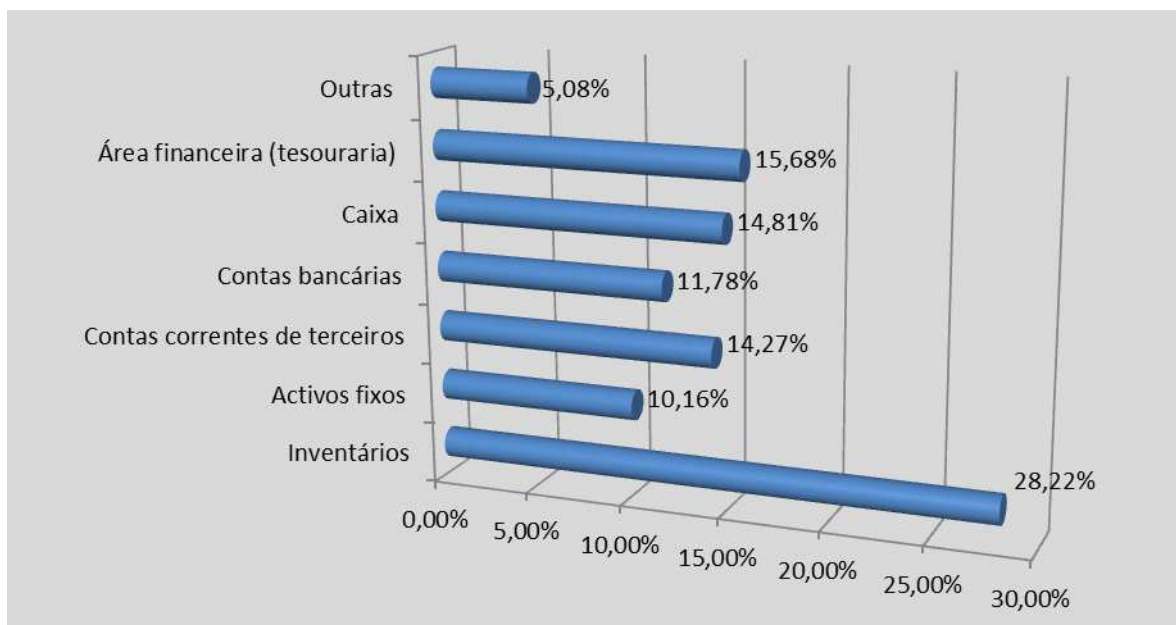


Gráfico 6 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6

Apresentamos acima o gráfico que espelha as respostas obtidas nesta questão e, onde se manifesta o destaque dos inventários como sendo a rubrica que na ótica dos TOC's afeta um maior número de empresas.

Depois da análise das respostas à questão anterior, iremos agora analisar em pormenor cada uma das principais rubricas.

## Inventários

### *Questão 6.1.1 – Com que frequência é efetuado um inventário nessas empresas?*

A frequência com que é efetuado um inventário físico numa empresa é dos indicadores que indica o nível de controlo que existe sobre os inventários<sup>16</sup> que se encontram em poder das empresas.

<sup>16</sup> Terminologia adotada pelo novo normativo contabilístico, o SNC que se encontra em vigor desde o ano de 2010 e onde os inventários são tratados na NCRF (Norma contabilística de relato financeiro) 18. Antes, quando vigorava o POC (Plano oficial de contabilidade) denominavam-se “Existências”.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
No final do ano	279	84,29%
Semestralmente	6	1,81%
Trimestralmente	5	1,51%
Mensalmente	14	4,23%
Nunca	27	8,16%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 8 – Resultados à questão número 6.1.1

Pode-se verificar pelos resultados apresentados que 84,29% das empresas realiza um inventário no final do ano. Por outro lado é de realçar que 4,23% efetua um inventário mensal, que é um fator positivo e 8,16% nunca chega a realizar inventário dos seus inventários, o que se considera bastante negativo.

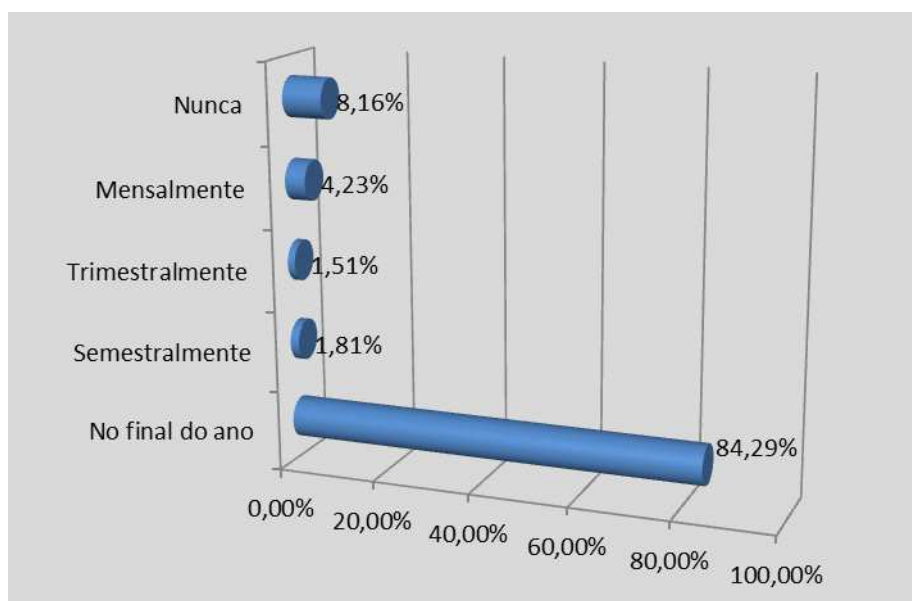


Gráfico 7 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.1.1

No gráfico acima é visível a predominância dos inventários anuais que, de certa forma podem estar relacionados com a imposição legal de apresentar os inventários no final de ano para apuramento dos resultados da atividade económica.

***Questão 6.1.2 – Os inventários físicos estão de acordo com os constantes da contabilidade?***

O objetivo desta questão é verificar até que ponto os valores apurados nos inventários realizados nas empresas são iguais ao registado na contabilidade, sem considerar as imposições legais.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	197	60%
Não	134	40%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 9 – Resultados à questão número 6.1.2

As respostas apresentam um certo equilíbrio contudo, 40% dos TOC's afirma que os inventários “reais” são diferentes daqueles que se encontram registados na contabilidade.

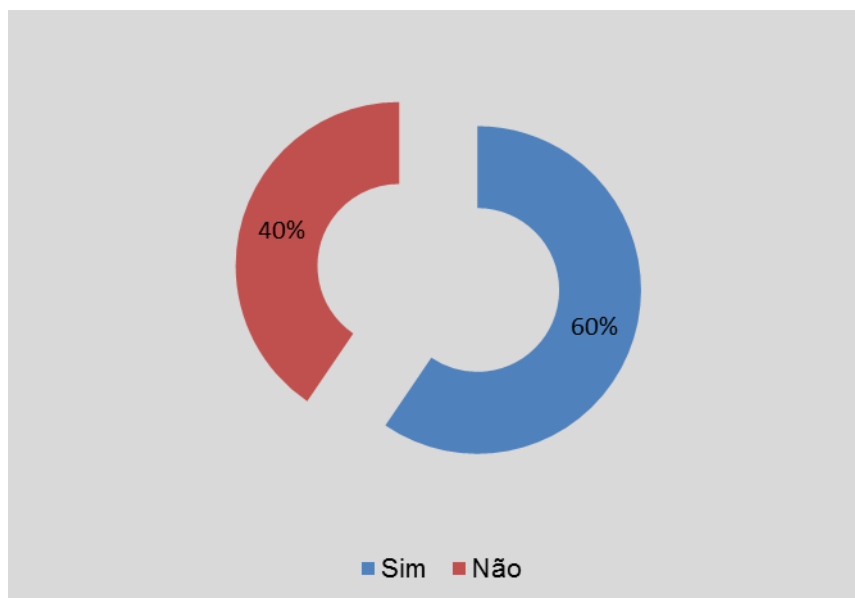


Gráfico 8 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.1.2

Na imagem gráfica é perceptível o equilíbrio das respostas no entanto, atesta-se que 60%, dos TOC's considera que os inventários estão uniformes com a contabilidade.

## **Ativos Fixos**

### ***Questão 6.2.1 – Como é feito o controlo dos Ativos Fixos?***

Seguindo para outra rubrica em análise, o inquérito proclina-se agora sobre os ativos fixos, procurando apurar o nível de controlo existente.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Fichas completas dos bens	204	61,63%
Lista simples dos bens	73	22,05%
Outro	14	4,23%
Nenhum	40	12,08%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 10 – Resultados à questão número 6.2.1

São apresentadas quatro possibilidades de resposta e verifica-se que 61,63% dos TOC's considera que o controlo dos ativos fixos nas empresas é efetuado através da construção de fichas completas dos bens, onde é descrita as suas características, assim como data e valor de aquisição. No outro extremo, apenas 12,08% das respostas obtidas afirmam não existir nenhum controlo a este nível.

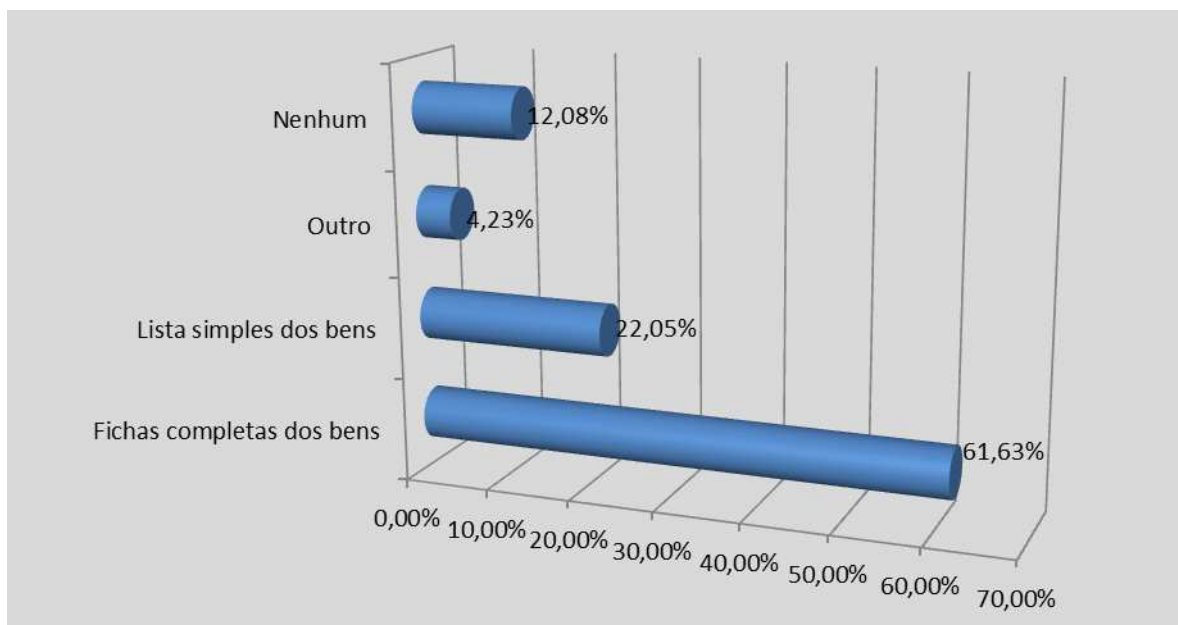


Gráfico 9 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.2.1

Neste ponto pensamos que deveríamos ter colocado uma outra questão relacionada com os ativos fixos e que consistiria em apurar se os bens existentes nas empresas estavam de acordo com os registados na contabilidade.

### Controlo de terceiros

#### *Questão 6.3.1 – É efetuado o controlo de contas correntes?*

Uma outra rubrica em análise consiste no controlo das contas correntes de terceiros, ou seja, clientes, fornecedores, ou ainda outros devedores e credores. Esta questão apresenta uma importância acrescida ao nível do controlo de tesouraria que será verificado mais à frente.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	293	89%
Não	38	11%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 11 – Resultados à questão número 6.3.1



Verifica-se que a este nível 89% das respostas obtidas afirmam existir um controlo desta rubrica que, significa uma grande maioria da amostra.

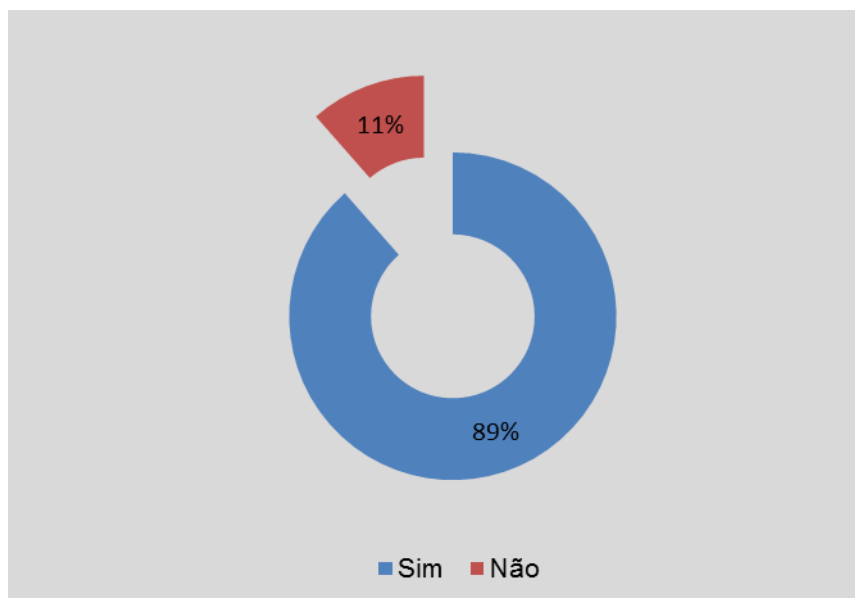


Gráfico 10 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.3.1

Apenas 11% dos inquiridos afirmam não existir controlo de terceiros. Sendo um valor baixo ainda é considerável.

***Questão 6.3.2 – É efetuado controlo de pagamentos e recebimentos?***

Nesta questão que vem na linha da anterior procura-se aferir se acontece o controlo das tarefas de pagamentos e recebimentos.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	291	88%
Não	40	12%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 12 – Resultados à questão número 6.3.2

À semelhança dos resultados apresentados na questão anterior, também aqui e com alguma coerência se verifica que 88% das respostas afirmam existir esse controlo.

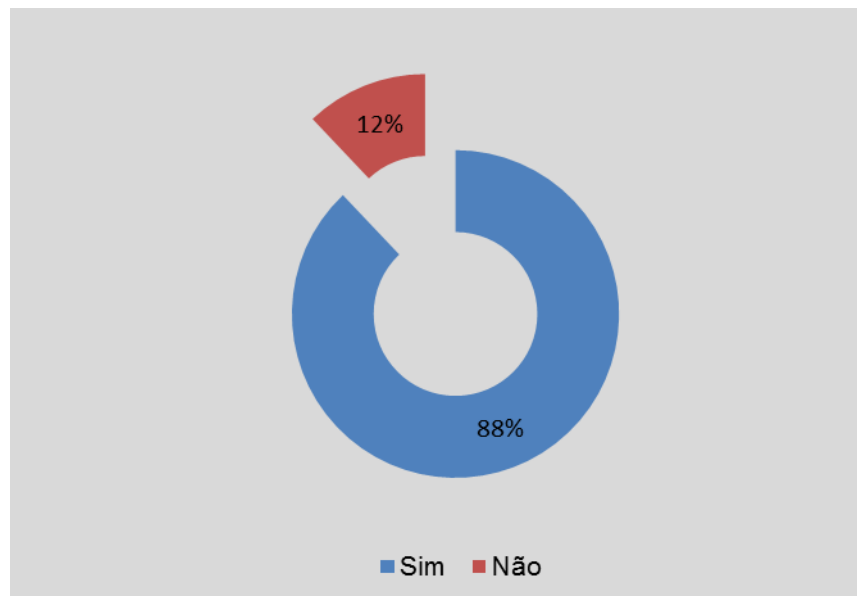


Gráfico 11 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.3.2

No gráfico é observável a evidência dos resultados apresentados no quadro anterior e que consolida os resultados da questão anterior.

***Questão 6.3.3 – As contas correntes estão em correspondência com a contabilidade?***

Procura-se também aqui verificar a relação que existe entre os dados apurados pela empresa e aqueles que se encontram nos registos contabilísticos.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	263	79%
Não	68	21%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 13 – Resultados à questão número 6.3.3

Nos dados recolhidos nesta questão verifica-se que a grande maioria das respostas recai sobre a opção afirmativa, atingindo 79% das respostas e consideram assim os TOC's que em grande parte das empresas as contas correntes estão em conformidade com a contabilidade.

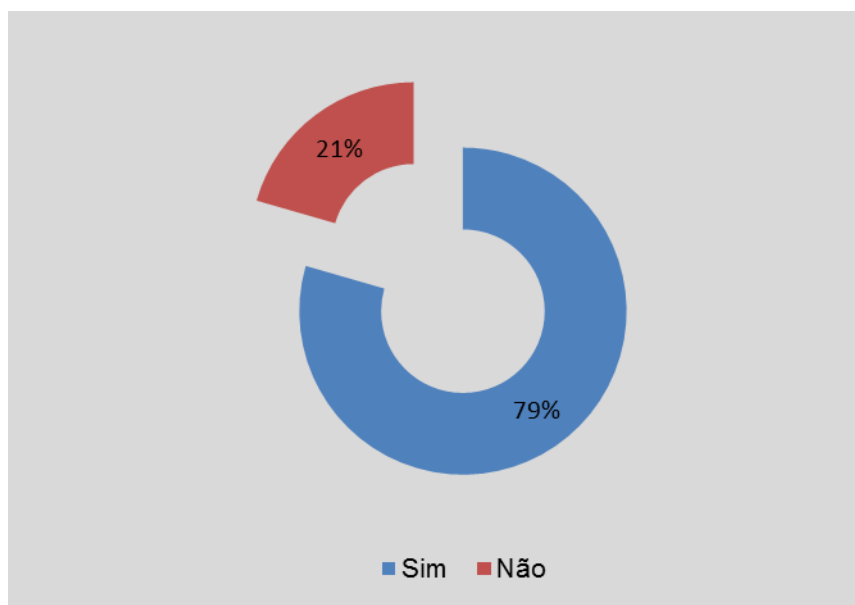


Gráfico 12 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.3.3

Ainda assim verifica-se que 21% das respostas apontam para que as contas correntes refletidas na contabilidade não demonstrem os valores corretos.

### **Contas Bancárias**

#### ***Questão 6.4.1 – As empresas realizam a conciliação bancária?***

É agora abordada a rubrica das contas bancárias, entrando no campo de análise do controlo da tesouraria. Procura-se aqui determinar o nível de controlo existente nesta área.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	243	73%
Não	88	27%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 14 – Resultados à questão número 6.4.1

De forma idêntica às respostas obtidas na rubrica das contas correntes também aqui se verifica que a maioria das empresas, segundo a opinião dos TOC's inquiridos, efetua a conciliação bancária, ou seja, 73% dos TOC's considera que as empresas controlam as suas contas bancárias efetuando a conferência dos movimentos ocorridos nas mesmas.

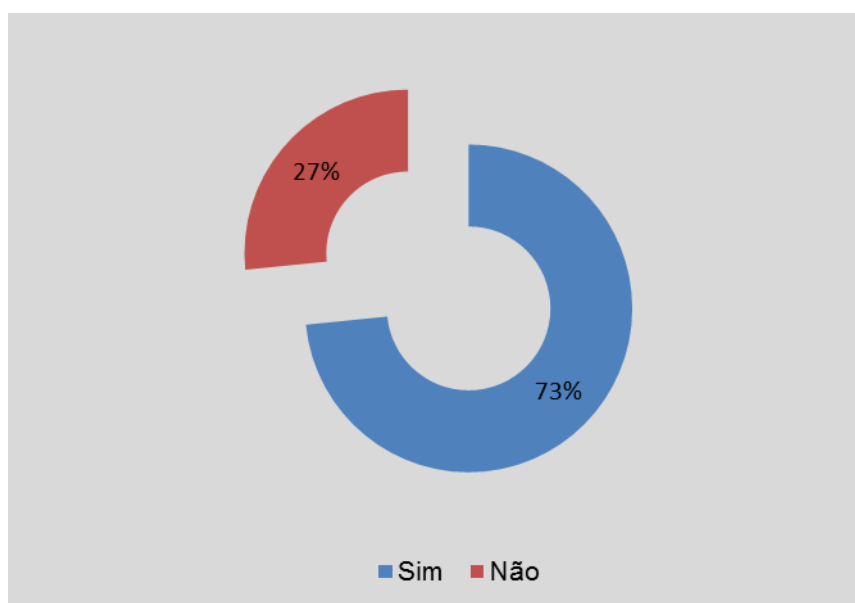


Gráfico 13 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.4.1

Já por outro lado verifica-se que 27% das respostas obtidas consideram que não existe por parte das empresas a conferência dos movimentos bancários.

## Caixa

### *Questão 6.5.1 – As empresas têm o caixa controlado?*

Chega-se neste ponto do inquérito a uma das rúbricas mais críticas do controlo das empresas, que consiste no Caixa, ou seja, nos valores mais pequenos, de movimentação diária e que muitas vezes está relacionado com os movimentos bancários.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	139	42%
Não	192	58%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 15 – Resultados à questão número 6.5.1

Nesta questão e em sentido inverso do apurado na questão das contas bancárias, 58% dos TOC's inquiridos respondeu que as empresas não controlam o caixa.

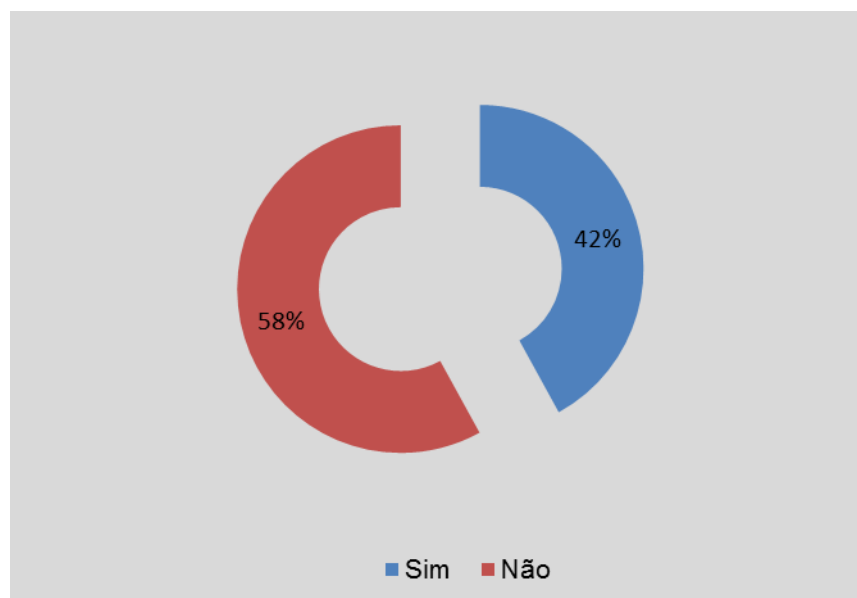


Gráfico 14 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.5.1

Das respostas obtidas nesta questão apurou-se também que 42% dos TOC's afirmou que as empresas controlam o seu caixa.

***Questão 6.5.2 – O caixa está de acordo com o que se encontra registado na contabilidade?***

Mais uma vez e agora em relação à rubrica caixa, procura-se averiguar se existe conformidade entre os valores reais do caixa da empresa e aqueles que estão relevados nos registos contabilísticos.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Sim	142	43%
Não	189	57%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 16 – Resultados à questão número 6.5.2

Na linha dos resultados obtidos na resposta anterior também nesta questão se verifica que 57% dos TOC's respondeu que não existe conformidade entre o valor do caixa registado na contabilidade e naquele que realmente existe na empresa. Estes resultados são uma consequência do facto de sensivelmente o mesmo número de TOC's ter considerado na resposta anterior que as empresas não tinham o caixa controlado.

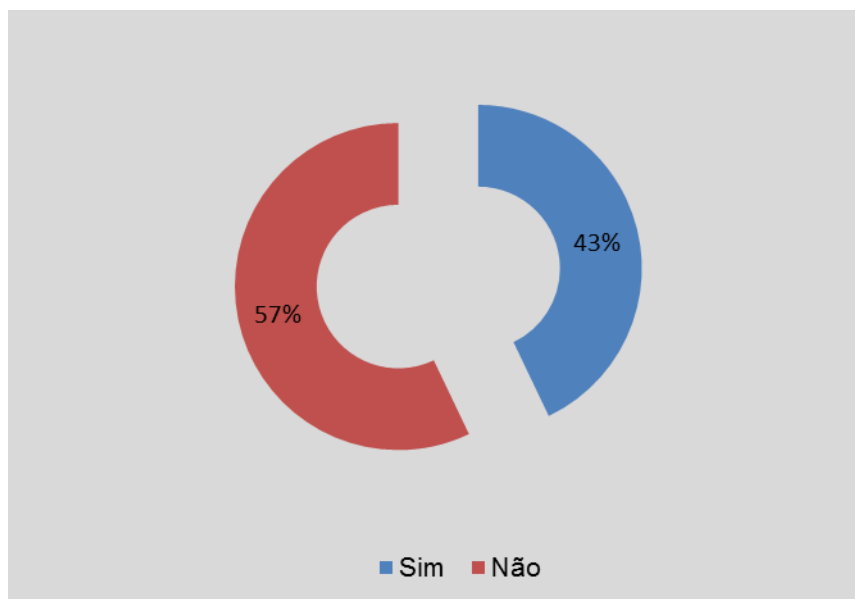


Gráfico 15 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.5.2

Na outra perspetiva apresenta-se que 43% dos inquiridos revela que o valor do caixa da empresa está em conformidade com o registado na contabilidade.

### Controlo de Tesouraria

#### *Questão 6.6.1 – As empresas preparam orçamentos de Tesouraria?*

Procura-se nesta fase do inquérito apurar junto dos TOC's se existe algum planeamento associado ao controlo por parte das empresas.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	18	5%
Não	313	95%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 17 – Resultados à questão número 6.6.1

Verifica-se que 95% dos inquiridos respondeu que as empresas não preparam orçamentos de tesouraria, ou seja, na opinião dos TOC's desta amostra assume que a esmagadora maioria das empresas não utiliza esta ferramenta de planeamento e controlo das finanças da empresa.

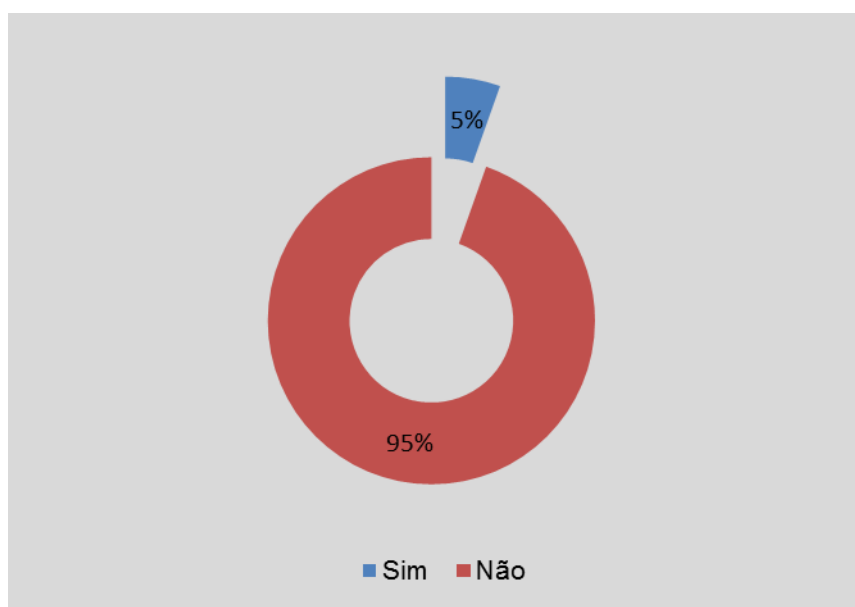


Gráfico 16 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.6.1

Apenas 5% dos TOC's afirma que as empresas constroem orçamentos de tesouraria.

***Questão 6.6.2 – Os dados apresentados pela contabilidade são usados pelas empresas para realizar orçamentos previsionais?***

Pretende-se com esta questão aferir a utilidade que as empresas atribuem à informação contabilística numa ótica de suporte para construção de mapas de planeamento.



Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	56	17%
Não	275	83%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 18 – Resultados à questão número 6.6.2

Em função dos resultados obtidos na questão anterior era expectável que nas respostas a esta questão se verificasse que 83% dos TOC's achassem que as informações disponibilizadas pela contabilidade não são utilizadas pelas empresas para a construção de mapas previsionais, representando aqui também uma esmagadora maioria da amostra.

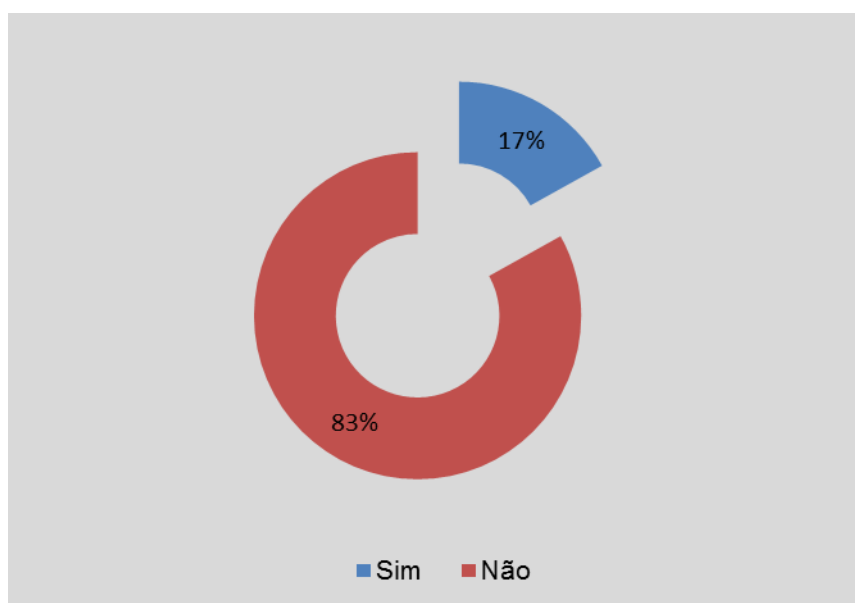


Gráfico 17 – Apresentação gráfica das respostas à questão 6.6.2

Dos resultados obtidos 17% dos inquiridos admite que as empresas utilizam as informações contabilísticas para a construção de orçamentos previsionais.

Entrando numa outra fase do inquérito, as próximas questões tentam averiguar junto da amostra a relação entre os procedimentos contabilísticos e o controlo interno.

***Questão 7 – Considera que os procedimentos contabilísticos podem contribuir para o aumento dos níveis de controlo interno nas empresas?***

Apuradas as deficiências que as empresas apresentam, importa agora atestar se a contabilidade pode contribuir para o aumento do controlo interno nas empresas.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	325	98%
Não	6	2%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 19 – Resultados à questão número 7

Praticamente a totalidade da amostra, num total de 98%, considera que os procedimentos contabilísticos podem dar suporte e contribuir para o aumento dos níveis de controlo interno nas empresas.

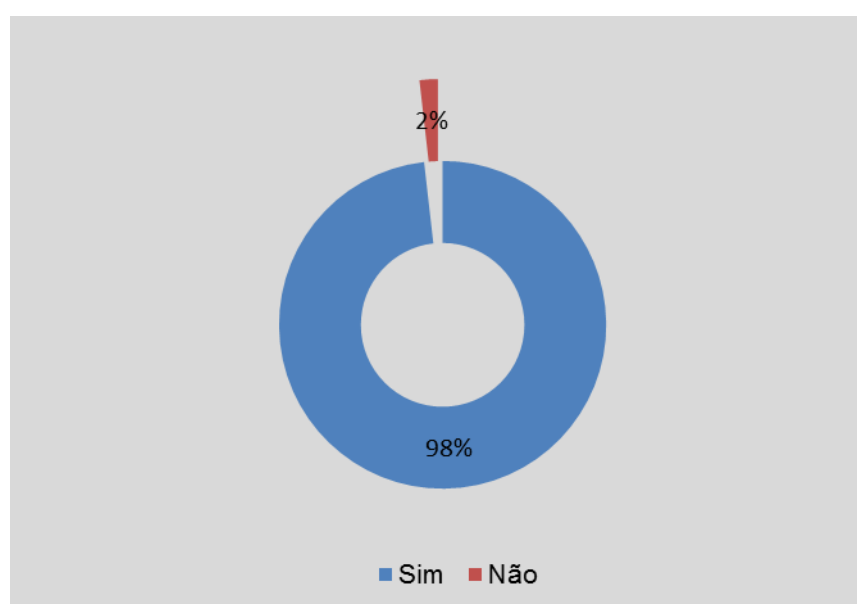


Gráfico 18 – Apresentação gráfica das respostas à questão 7

A apresentação gráfica acima demonstra a clareza das respostas com tendência quase absoluta para o sim e onde apenas 2% dos TOC's consideram que os procedimentos contabilísticos não podem contribuir para o melhoramento do controlo interno nas empresas.

***Questão 8 – Em média quais são as habilitações literárias dos gestores dessas empresas?***

Nesta questão e nas seguintes pretende-se estabelecer uma relação entre a formação académica dos gestores das empresas em causa neste inquérito e a importância que estes atribuem aos temas do controlo interno e da contabilidade.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Ensino Básico	88	26,59%
Ensino Secundário	189	57,10%
Ensino Profissional	23	6,95%
Ensino Superior	31	9,37%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 20 – Resultados à questão número 8

No quadro acima verifica-se através dos resultados apresentados que o ensino profissional e o ensino superior são as opções de resposta que acolhem menos inquiridos totalizando 6,95% e 9,37% respectivamente. Por outro lado, a opção com maior percentagem de respostas é o ensino secundário com 57,10% e é de referir ainda o facto de o ensino básico ainda representar 26,59% dos resultados obtidos.

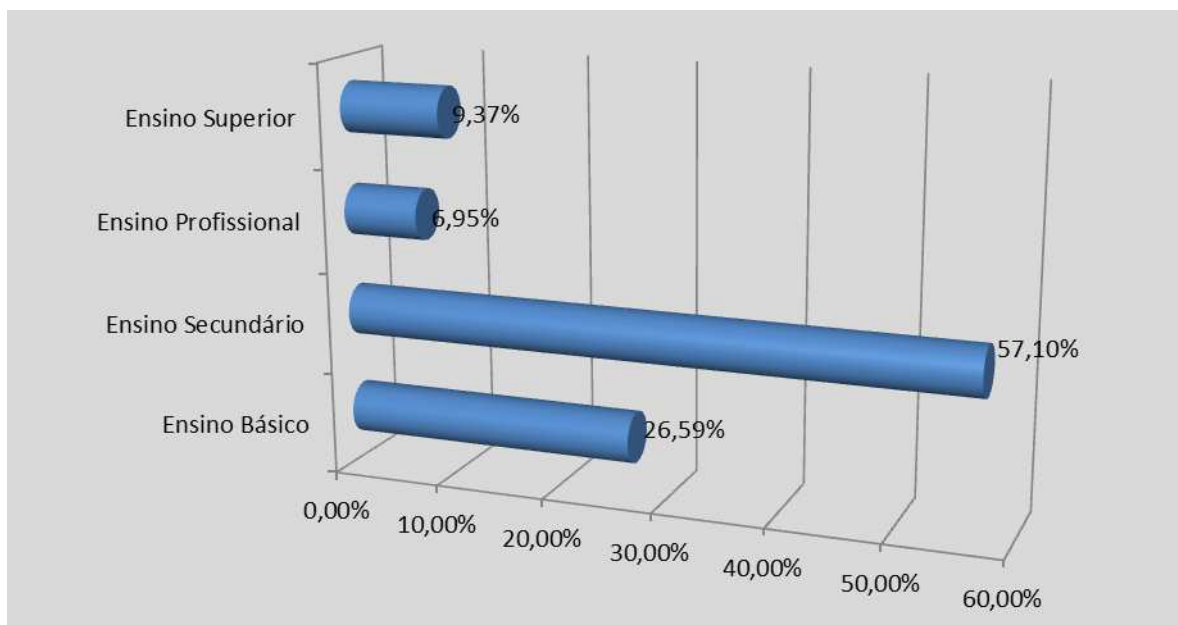


Gráfico 19 – Apresentação gráfica das respostas à questão 8

O gráfico realça os resultados obtidos, onde se destaca o ensino secundário como opção com a maioria das respostas. Realça-se também o facto do ensino superior acolher poucas respostas.

***Questão 9 – Nessas empresas, como avalia o nível de conhecimentos dos gestores no que respeita à temática de controlo interno?***

Seguindo o raciocínio que originou a questão anterior, procura-se agora averiguar o ponto de literacia dos gestores em relação ao controlo interno.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Elevado	14	4,23%
Algum	93	28,10%
Pouco	188	56,80%
Nenhum	36	10,88%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 21 – Resultados à questão número 9

Verifica-se que para a maior parte dos TOC's os conhecimentos dos gestores das micro e pequenas empresas acerca do tema controlo interno é pouco ou nenhum, representando estas duas opções dois terços do total das respostas com 56,80% e 10,88% respetivamente. Apenas 4,23% dos TOC's considera que o conhecimento dos gestores a este nível é elevado e 28,10% atesta que os gestores têm algum conhecimento do tema.

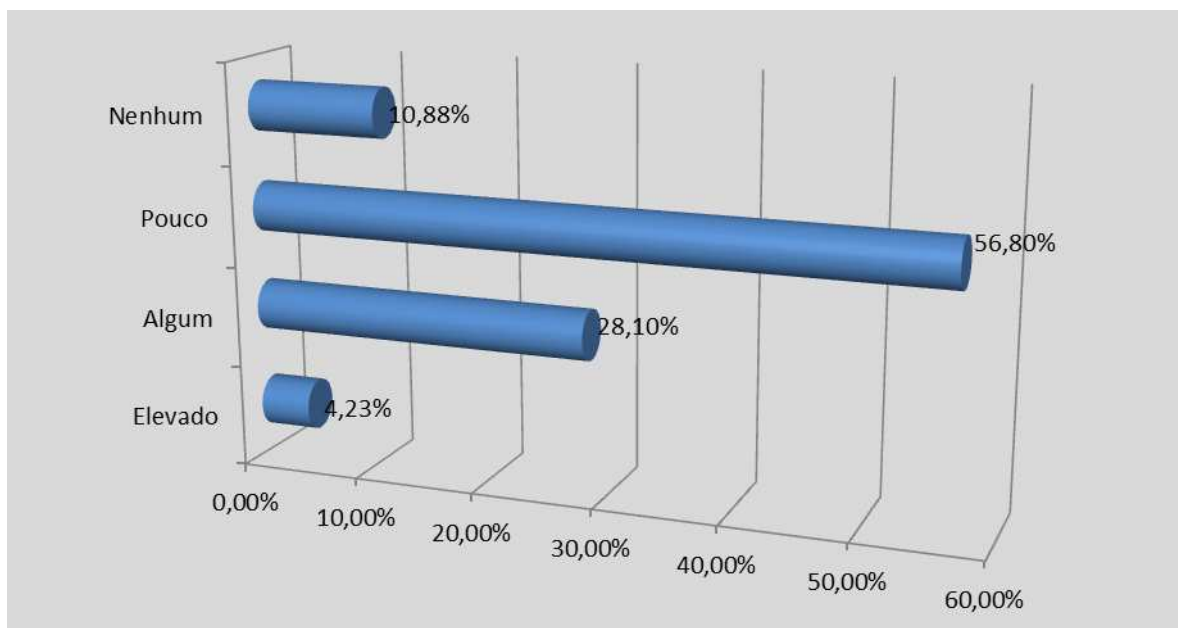


Gráfico 20 – Apresentação gráfica das respostas à questão 9

Salienta-se portanto o facto de os gestores apresentarem de uma forma geral um nível baixo de conhecimentos sobre o tema do controlo interno.

***Questão 10 – Que importância atribuem os gestores dessas empresas à contabilidade?***

Coloca-se agora a mesma questão mas na importância atribuída à contabilidade pelos mesmos gestores dessas empresas.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Muita	28	8,46%
Alguma	149	45,02%
Pouca	137	41,39%
Nenhuma	17	5,14%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 22 – Resultados à questão número 10

Embora com uma percentagem inferior à questão anterior, apura-se nesta questão que segundo os TOC's inquiridos 46,53% considera que os gestores atribuem pouca ou nenhuma importância à contabilidade. Quase com a mesma relevância, 45,02% considera que os gestores concedem alguma importância à contabilidade e apenas 8,46% dos inquiridos observa que os gestores dão muita relevância à contabilidade.

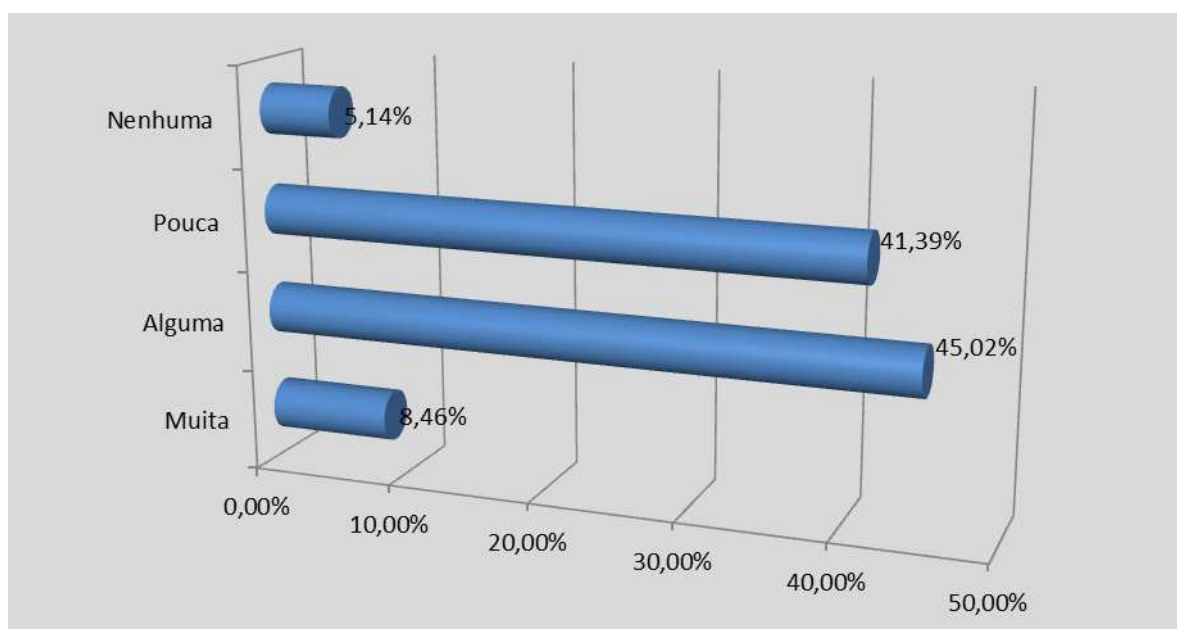


Gráfico 21 – Apresentação gráfica das respostas à questão 10

No gráfico pode-se verificar o destaque das opções, pouca e alguma que no total representam 86,41% das respostas. À semelhança da questão anterior releva-se o facto de uma percentagem significativa dos inquiridos aferirem que os gestores atribuem pouca ou nenhuma importância à contabilidade.

***Questão 11 – No seu ponto de vista, pensa que os gestores dessas empresas vêem na contabilidade uma ferramenta de auxílio ao controlo interno?***

Mantendo o objeto do estudo realizado, esta questão intenta junto dos TOC's se os gestores utilizariam a contabilidade como uma ferramenta que os pudesse auxiliar, implementar ou aumentar os níveis do controlo interno nas suas empresas.

<b>Opções de Resposta</b>	<b>Número de Respostas</b>	<b>Percentagem (%)</b>
Sim	77	23%
Não	161	49%
Talvez	93	28%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 23 – Resultados à questão número 11

Procuramos também aqui determinar se a contabilidade poderá ser vista como uma ferramenta de apoio à gestão e não somente o instrumento para cumprimento das obrigações legais.

Em resposta à questão colocada e conforme se comprova pelo quadro apresentado 49% dos inquiridos não acredita que os gestores atentem a contabilidade como um instrumento de apoio ao controlo interno. A opção “talvez” acolheu 28% das respostas e apenas 23% dos TOC's pensa que os gestores utilizariam a contabilidade como suporte para a implementação ou aperfeiçoamento dos procedimentos de controlo interno.

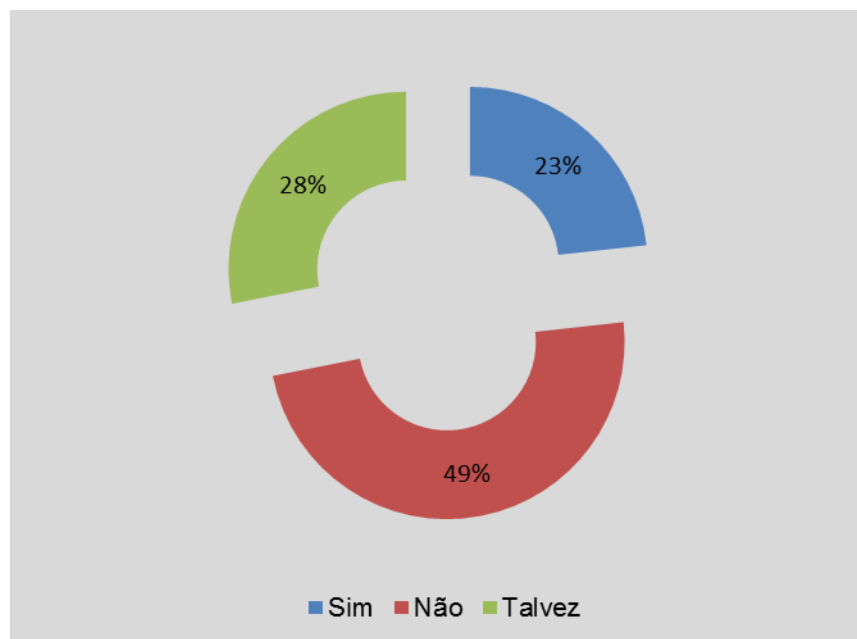


Gráfico 22 – Apresentação gráfica das respostas à questão 11

Das questões obtidas distingue-se o facto de segundo a apreciação dos TOC's auscultados quase metade revela que os gestores não vêem na contabilidade uma ferramenta de auxílio ao controlo interno.

***Questão 12 – Enquanto TOC é consultado pelos gestores dessas empresas para auxílio nos métodos de controlo interno?***

Tenciona-se nesta questão averiguar até que ponto os gestores recorrem ao TOC, como técnico especializado nestas matérias para obterem apoio e cooperação na implementação, ou aplicação de métodos de controlo interno.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Sim	196	59%
Não	135	41%
<b>Total</b>	<b>331</b>	<b>100%</b>

Quadro 24 – Resultados à questão número 12



É possível confirmar que das respostas obtidas 59% dos inquiridos afirma que é procurado pelos gestores com intuito de obterem ajuda ao nível do controlo interno nas suas empresas. Os restantes 41% afirmam que não. Sendo uma questão em que as respostas se dividiram a tendência foi para o afirmativo.

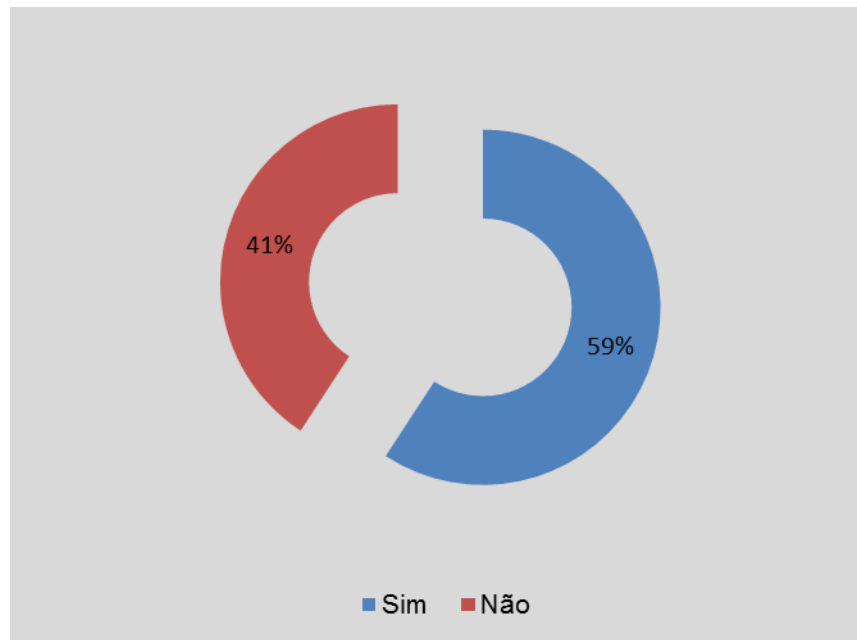


Gráfico 23 – Apresentação gráfica das respostas à questão 12

Esta questão conjugada com a número 9 em que os TOC's consideram que a maioria dos gestores não apresentam conhecimentos ao nível do controlo interno, suporta o facto de estes terem de recorrer aos TOC's para obterem esses conhecimentos e deste facto advém o resultado apresentado nesta questão.

***Questão 13 – Se respondeu que sim na questão anterior, refira a frequência com que foi consultado?***

A última questão do inquérito apenas foi respondida por aqueles que optaram pela resposta afirmativa na questão anterior e tenciona apurar até que ponto são os TOC's consultados sobre esta matéria, com maior ou menor regularidade.

Opções de Resposta	Número de Respostas	Percentagem (%)
Muitas	33	16,34%
Algumas	88	43,56%
Poucas	56	27,72%
Escassas	25	12,38%
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>100%</b>

Quadro 25 – Resultados à questão número 13

Dos TOC's questionados apurou-se que daqueles que são consultados pelos gestores para auxílio nas tarefas de controlo interno, 43,56% é consultado algumas vezes, sendo a opção com maior número de respostas. As restantes apresentam uma divisão semelhante com 27,72% os TOC's que poucas vezes são consultados, com 16,34% aqueles que afirmam serem consultados muitas vezes e por fim com 12,38% os que escassas vezes são procurados por este motivo.

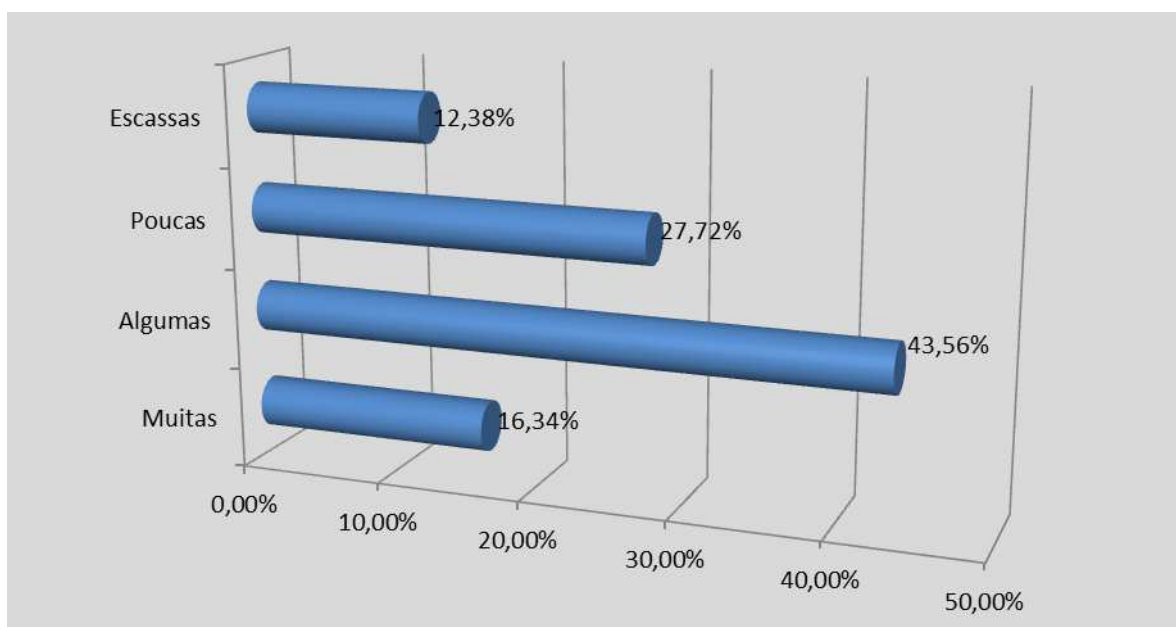


Gráfico 24 – Apresentação gráfica das respostas à questão 13

Através da representação gráfica das respostas obtidas, podemos verificar que apesar de alguns técnicos serem procurados pelos gestores para obterem auxílio sobre controlo interno, verifica-se que dentro desta margem apenas uma pequena parcela recorre muitas vezes, a maior parte apenas algumas vezes e uma parte considerável, poucas ou escassas.

## **CAPÍTULO V – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES**

### **5.1. Principais conclusões do estudo realizado**

Os resultados obtidos e descritos no ponto anterior resultaram da resposta de 379 técnicos oficiais de contas. Destes apenas se considerou as respostas de 331 porque, são aqueles que realmente exercem funções de TOC, ou seja, são responsáveis por contabilidades e assinam contas, correspondendo aos objetivos propostos neste estudo.

Da consulta efetuada é de realçar que 78% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos e que a esmagadora maioria exerce funções em micro e pequenas empresas que, representa o campo de análise deste estudo. Estes dois pontos classificam a amostra como relevante e satisfatória para obter conclusões para este estudo.

De seguida e circunscrevendo as questões às micro e pequenas empresas verificou-se que segundo os inquiridos 89% afirma existirem deficiências de controlo interno nessas empresas. Também se apurou que essas deficiências abrangem várias áreas, destacando-se com 28% das respostas a rubrica dos inventários. No entanto, 84% declarou que os inventários físicos são realizados uma vez por ano e 60% que os mesmos estão de acordo com os registados na contabilidade. Dado que o inventário intermitente é imposto pelo normativo contabilístico julgamos ser este aspeto que influencia o facto da maioria das empresas realizar o inventário anualmente.

Na rubrica de ativos fixos, 62% atestou que os bens são controlados através de fichas completas com as características, data e valor de aquisição. Pensamos que nesta rubrica faltou uma questão onde fosse possível apurar se os bens existentes nas empresas estão de acordo com os registados na rubrica de ativos fixos na contabilidade.

Ao nível da rubrica do controlo das contas correntes de terceiros verificou-se que as empresas vão efetuando algum controlo e é a rubrica em que se obteve melhores resultados, com 89%, a afirmar que esse controlo é efetuado.

Nas rubricas conta bancária e caixa evidencia-se uma diminuição desse controlo, com especial relevo para o caixa onde 58% nega que as empresas tenham o caixa controlado e 57% refere que o valor do caixa é diferente daquele que se encontra registado na contabilidade. Ao nível das contas bancárias 78% revela que é efetuada conciliação bancária.

O questionário centra-se, numa fase mais avançada nas questões relacionadas com planeamento e controlo da tesouraria e, aqui verificou-se que 95% respondeu que as empresas não constroem orçamentos de tesouraria e 83% refere que as empresas não utilizam a informação contabilística para preparação de orçamentos previsionais.

Quando questionados sobre se os procedimentos contabilísticos poderiam aumentar os níveis de controlo interno nas empresas, as respostas foram quase unânimes com 98% a confirmar que sim.

Procurou-se também estabelecer uma relação causa efeito entre as habilitações literárias dos gestores das micro e pequenas empresas e o seu nível de conhecimento do controlo interno, assim como da importância atribuída à contabilidade como ferramenta de apoio à gestão. Verificou-se que 57% dos inquiridos sustenta que os gestores têm o ensino secundário, 27% o ensino básico e apenas 9% o ensino superior. No que respeita ao nível de conhecimento da temática de controlo interno 58% aponta para pouco e 28% para algum, o que revela que o tema não é muito relevante para os gestores. Por fim e referindo a importância que é atribuída à contabilidade por parte dos gestores, 45% sustenta que é alguma e 41% pouca, apenas 8% na ótica dos inquiridos atribui muita importância à contabilidade.

Como complemento do aferido no parágrafo anterior 49% dos inquiridos não considera que os gestores vejam a contabilidade como uma ferramenta de auxílio ao controlo interno, 28% declara que talvez seja e apenas 23% é da opinião que os gestores vêem na contabilidade um instrumento de apoio ao controlo interno.

Por último e na parte final do inquérito é averiguado a frequência com que os TOC's são procurados na busca de auxílio na temática de controlo interno. A esta questão, 59% afirma que não é consultado para este efeito e dos 41% que o é, 44% acontece com alguma frequência e 28% com pouca frequência.

Os resultados obtidos no estudo realizado possibilitam dar resposta à hipótese formulada e, concluir que os TOC's consideram que a contabilidade, através dos procedimentos contabilísticos, pode contribuir para um aumento do controlo interno nas micro e pequenas empresas que apresentam deficiências a este nível, essas deficiências afetam várias áreas das empresas.

Paralelamente à questão principal também se pode concluir que, pela opinião dos TOC's os gestores das micro e pequenas empresas não atribuem uma grande importância ao controlo interno, assim como, à contabilidade no âmbito do controlo interno. Conclui-se ainda que as empresas não se suportam da informação contabilística para a construção de mapas e orçamentos previsionais.

## CONCLUSÃO

O objeto de estudo do presente trabalho incidiu sobre os procedimentos contabilísticos e sua importância no controlo interno, procurando apurar a importância que os primeiros poderão ter para o melhor funcionamento do último. O estudo restringiu-se às micro e pequenas empresas, porque estas representam a grande parte das empresas portuguesas.

Numa componente teórica, foram abordados os conceitos inerentes a estas matérias, sendo que ao nível da contabilidade limitou-se o âmbito aos procedimentos contabilísticos que poderão auxiliar a implementação e melhoramento dos processos de controlo interno nas empresas. Verificaram-se os estudos realizados sobre esta matéria e, no enquadramento efetuado antes da apresentação do estudo, referiu-se o caso português, onde se evidenciou as características específicas do tecido empresarial português.

O estudo realizado consistiu na realização de um inquérito dirigido aos TOC's com o objetivo principal de aferir se os procedimentos contabilísticos poderiam contribuir para o aumento dos níveis de controlo interno nas micro e pequenas empresas.

Verificou-se da análise realizada que as micro e pequenas empresas têm um grande peso na amostra selecionada e que na sua grande maioria apresentam deficiências ao nível do controlo interno. Essas deficiências revelam-se em várias áreas que se encontram relacionadas com a contabilidade.

Na observação efetuada foi perceptível que as empresas desta dimensão não atribuem muita importância ao planeamento e, como tal, de um modo geral, não constroem orçamentos de tesouraria nem mapas previsionais, também não atribuem uma grande relevância à contabilidade, nem se valem das informações que esta poderá fornecer para apoiar os órgãos de gestão nas decisões a tomar.

Segundo a opinião dos TOC's aferida no estudo efetuado os procedimentos contabilísticos poderão contribuir para melhorar o controlo interno nas empresas. Contudo, e, conforme se

comprovou no estudo, os conhecimentos dos órgãos de gestão sobre o controlo interno são insuficientes e, nesta medida, não alcançam os benefícios que podem advir de um eficiente controlo interno e do que isso poderia contribuir para melhorar os resultados das empresas.

Conclui-se também que a contabilidade e em concreto os procedimentos contabilísticos não são vistos pelos órgãos de gestão destas empresas como uma ferramenta de apoio à gestão e de auxílio na tomada de decisão, o que poderá estar relacionado com o nível de habilitações literárias dos gestores que ainda é bastante baixo.

No decurso da execução do trabalho foram surgindo alguns constrangimentos que foram limitando a amplitude do estudo. Desde logo o facto da literatura e estudos existentes sobre esta matéria, nesta perspetiva, serem em número muito reduzido, nomeadamente ao nível internacional, dado que, o caso português ao nível empresarial é bastante específico pelo elevado número de micro e pequenas empresas existentes. Ao nível do inquérito também se verificaram algumas limitações pelo facto da dificuldade em conseguir uma amostra de número razoável. É sabido a aversão existente aos inquéritos e embora se tivesse a preocupação de construir um inquérito curto e conciso é sempre complicado de obter a receptividade desejada.

Como sugestões para trabalhos futuros sugerimos o desenvolvimento de estudos na área da contabilidade com o intuito de fortalecer o contributo da contabilidade para a tomada de decisão ao nível dos órgãos de gestão e também a colaboração para o aumento do controlo interno das empresas e assim incrementar a eficiência da gestão.

Uma hipótese de estudo a desenvolver seria a criação de um modelo constituído por um conjunto de procedimentos contabilísticos a implementar em micro e pequenas empresas.

Como comentário final podemos referir que o facto de as empresas melhorarem o seu controlo interno e disponibilizarem informações rigorosas e credíveis à contabilidade, esta poderá construir informação de qualidade acrescida que, por sua vez, servirá melhor os órgãos de gestão e os demais *stakeholders*.



## Referências Bibliográficas

AICPA. (2007). AU Section 319 - Consideration of Internal Control in a Financial Statement Audit, 08. Acedido em 2014-01-26, de [http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/AU319.aspx#ps-pcaob\\_86e651e4-d8dd-407a-9487-ab1c7a6dd22e](http://pcaobus.org/Standards/Auditing/Pages/AU319.aspx#ps-pcaob_86e651e4-d8dd-407a-9487-ab1c7a6dd22e)

ALMEIDA, M. C. (1996). *Auditoria: um curso moderno e completo*. Atlas.

Altamuro J. e Beatty A. (2009). How does internal control regulation affect financial reporting? *Journal of accounting and economics*.

Alves N.A.C. (2006). *Investigação por inquérito*. Dissertação de licenciatura em matemática aplicada. Universidade dos Açores. 107 pp.

Apostolou, N. e Crumbley, D. (2008). The tally stick: the first internal control? *The Forensic Examiner*, Spring 2008, 60-62. Acedido em 2014-01-21, em <http://www.bus.lsu.edu/accounting/faculty/lcrumbley/Tally%20Stick%20Article.pdf>.

Bloom N., Genakos C., Sadun R. e Van Reenen J. (2012), Management practices across firms and countries, *National Bureau of Economic Research*.

Bordin P. e Saraiva C.J. (2005). O controle interno como ferramenta fundamental para a fidedignidade das informações contábeis. *Revista electrónica de contabilidade, curso de ciências contábeis UFSM*.

Carqueja H. O. (2002). Nota Biográfica de Jaime Lopes Amorim. *Revista Revisores & Empresas*, N.º 19.

Carvalho J. E. (2011). *Gestão de empresas – Princípios fundamentais*. Edições Sílabo, 2.<sup>a</sup> Edição.

Chiavenato, I. (1994). *Administração - Teoria, Processo e Prática*. Makron Books, 2.<sup>a</sup> Edição.

COSO. (2013). Internal Control - Integrated Framework: Executive Summary. Acedido em 2014-01-27, de [http://www.coso.org/documents/990025P\\_Executive\\_Summary\\_final\\_may20\\_e.pdf](http://www.coso.org/documents/990025P_Executive_Summary_final_may20_e.pdf).

Costa A.F.F. (2010). *Gestão financeira a curto prazo*. Relatório de estágio do mestrado em gestão. Faculdade de economia da universidade de Coimbra. 71 pp.

Costa C.B. (2010). *Auditoria Financeira – Teoria & Prática*. 9.<sup>a</sup> Edição, Rei dos Livros.

Deloitte. (2003). Lei Sarbanes-Oxley: Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles interno. Acedido em 2014-01-26, de [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Feng M., Li C. e McVay S. (2009). Internal control and management guidance. *Journal of accounting and economics*.

Figueiredo C. M. A. (2012). *O contributo de boas práticas contabilísticas para uma auditoria financeira eficaz*. Dissertação de mestrado em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. 101 pp.

Guimarães J. F. da C. (1998). História e teoria da contabilidade – Breve reflexão. *Jornal do técnico de contas e da empresa*. N.º 407 a 410.

Hill, A. e Hill M.M. (2008). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo, 2.<sup>a</sup> edição.

IFAC. (2009). Section A5-A11 – International Standard on Auditing 265. Acedido a 21 de Fevereiro de 2014, de <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a015-2010-iaasb-handbook-isa-265.pdf>.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Empresas em Portugal 2009*. Acedido em 1 de Dezembro de 2012, em: <http://www.ine.pt>.

Likert R. (1932). *A Technique for the Measurement of Attitudes*. Archives of Psychology.

Moreira A. C. e Pereira A. G. (2004). A contabilidade e a intangibilidade da informação: desafios presentes e futuros para a “ciência dos números”. *Revista da associação portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Cadernos BAD*, N.º2 2004. pp. 92-105.

Neves J.F.N. (2009). *Sistemas de controlo interno nas pequenas e médias empresas no concelho de Aveiro*. Dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria. Universidade de Aveiro. 157 pp.

Oliveira, M. C.; Linhares, J. S. (2006). A implementação de controle interno adequado às exigências da lei Sarbanes-Oxley em empresas brasileiras – Um estudo de caso.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2000). *Directriz de Revisão/Auditoria 410 – Controlo Interno*. Acedido em 1 de Dezembro de 2012, em: <http://www.infocontab.com.pt/download/DRA/DRA410.pdf>.

Pang Y. e Shi D. (2009). Integration of internal control and risk management. *International conference of Business intelligence and financial engineering*.

Pires A. M. M. e Rodrigues F. J. P. A. (2009). Da partida dobrada à crise do sub prime: os ciclos da ciência contabilística. *XV Congresso AECA (Asociación Española de Contabilidad y Administración)*.

Rocha L.F.B. (2009). *Sistemas de controlo interno de reporte financeiro (SCIRF) no grupo EDP – energias de Portugal*. Projecto de mestrado em contabilidade. ISCTE – Instituto universitário de Lisboa. 89 pp.

Russo J. (2004). *O Controlo interno nas empresas*. Acedido em: 14 de Outubro de 2012, em: <http://joaorusso.com.sapo.pt/controlointernoempresas19122004.pdf>.

Sá J. V. (2011). *Portugal e o Futuro*. Vida Económica.

Sangster A., Stoner G., Lange P., O'Connell B. e Scataglini-Belghitar G. (2012). Pacioli's Forgotten Book: The Merchant's Ricordanze. *Accounting Historians Journal, Volume 39, N.º 2, pp. 27-44*.

Severo A.F.N. (2009). *Práticas de contabilidade*. Relatório de estágio do mestrado em gestão. Faculdade de economia da universidade de Coimbra. 64 pp.

Silva C.R.T.R.A. (2009). *A importância atribuída pelos empresários da grande Lisboa ao controlo interno*. Dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria. Universidade de Aveiro. 171 pp.

Silvestre H. C. e Araújo J. F. (2011). *Metodologia para a investigação social*. Escolar editora.

Sousa M.J. e Baptista C.S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. 2.<sup>a</sup> edição, Pactor edições.

## **Apêndices**

## Apêndice 1 – Inquérito

### Procedimentos contabilísticos e controlo interno

O presente inquérito realiza-se no âmbito da dissertação do mestrado de Contabilidade e Finanças sobre o tema “Os procedimentos contabilísticos e a sua importância no controlo interno”.

O inquérito é composto por 24 questões de resposta direta e o seu preenchimento demora cerca de 5 minutos.

\*Obrigatório

#### 1. Exerce funções de técnico oficial de contas (TOC)? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐

Sim

☐

Não

O questionário terminou.

#### 2. Qual a sua idade? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐

Entre 20 a 30 anos

☐

Entre 31 a 40 anos

☐

Entre 41 a 50 anos

☐

Entre 51 a 60 anos

☐

Mais de 60

#### 3. Em quantas empresas exerce funções de TOC? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐

1

☐

2 a 10

☐

11 a 20

☐

21 a 30

☐

Mais de 30

**4. Das empresas onde exerce funções como TOC, qual o peso das micro e pequenas empresas? \***

Empresas com menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros.

Marcar apenas uma resposta.

- ☐ 10%
- ☐ 20%
- ☐ 30%
- ☐ 40%
- ☐ 50%
- ☐ 60%
- ☐ 70%
- ☐ 80%
- ☐ 90%
- ☐ 100%

---

**Nas questões seguintes tenha apenas em consideração as micro e pequenas empresas. Nas suas respostas tenha em atenção aquilo que acontece na maioria destas empresas.**

---

Empresas com menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior a 10 milhões de euros.

---

**5. Considera que as empresas em que exerce funções de TOC apresentam deficiências ao nível de procedimentos de controlo interno? \***

Marcar apenas uma resposta.

- ☐ Sim
- ☐ Não

**6. Se respondeu que sim na questão anterior, dentro das hipóteses seguintes, selecione as áreas onde nota deficiências de controlo interno por parte das empresas.**

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Inventários
- ☐ Ativos Fixos

- ☐ Contas correntes de terceiros
- ☐ Contas bancárias
- ☐ Caixa
- ☐ Área financeira (tesouraria)
- ☐ Outras

## **6.1. Inventários**

---

### **6.1.1. Com que frequência é efetuado um inventário nessas empresas? \***

Marcar apenas uma resposta.

- ☐ No final do ano
- ☐ Semestralmente
- ☐ Trimestralmente
- ☐ Mensalmente
- ☐ Nunca

### **6.1.2. Os inventários físicos estão de acordo com os constantes da contabilidade? \***

Marcar apenas uma resposta.

- ☐ Sim
- ☐ Não

## **6.2. Ativos Fixos**

---

### **6.2.1. Como é efetuado o controle dos Ativos Fixos? \***

Marcar apenas uma resposta.

- ☐ Fichas completas dos Bens com as características, data e valor de aquisição
- ☐ Lista simples dos bens existentes na empresa
- ☐ Outro
- ☐ Nenhum

## **6.3. Controle de Terceiros**

---

### **6.3.1. É efetuado o controle de contas correntes? \***



Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

**6.3.2. É efetuado controle de pagamentos e recebimentos? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

**6.3.3. As contas correntes estão em correspondência com a contabilidade? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

**6.4. Contas Bancárias**

---

**6.4.1. As empresas realizam a conciliação bancária? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

**6.5. Caixa**

---

**6.5.1. As empresas têm o caixa controlado? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

**6.5.2. O caixa está de acordo com o que se encontra registrado na contabilidade? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

## 6.6. Controlo de Tesouraria

---

### 6.6.1. As empresas preparam orçamentos de tesouraria? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

### 6.6.2. Os dados apresentados pela contabilidade são usados pelas empresas para realizar orçamentos previsionais? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

### 7. Considera que os procedimentos contabilísticos podem contribuir para o aumento dos níveis de controlo interno nas empresas? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

### 8. Em média quais são as habilitações literárias dos gestores dessas empresas? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐ Ensino Básico

☐ Ensino Secundário

☐ Ensino Profissional

☐ Ensino Superior

### 9. Nessas empresas, como avalia o nível de conhecimentos dos gestores no que respeita à temática do controlo interno? \*

Marcar apenas uma resposta.

☐ Elevado

☐ Algum

☐ Pouco

☐ Nenhum

**10. Que importância atribuem os gestores dessas empresas à contabilidade? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Muita

☐ Alguma

☐ Pouca

☐ Nenhuma

**11. No seu ponto de vista, pensa que os gestores dessas empresas vêm na contabilidade uma ferramenta de auxílio ao controlo interno? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

☐ Talvez

**12. Enquanto TOC é consultado pelos gestores dessas empresas para auxílio nos métodos de controlo interno? \***

Marcar apenas uma resposta.

☐ Sim

☐ Não

**13. Se respondeu que sim na questão anterior, refira a frequência com que foi consultado?**

Marcar apenas uma resposta.

☐ Muitas

☐ Algumas

☐ Poucas

☐ Escassas

A sua resposta foi guardada

Obrigado pela colaboração.